

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda vai atacar sonegação e taxar apostas eletrônicas 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-ministro admite à PF não ter informado que portava estojo de joias 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Para TCU, contratação de militares pelo INSS é ilegal 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

A bola de neve dos precatórios 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quita mais de R\$ 100 bi e reduz restos a pagar de 2022 a menos da metade 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Países menos corruptos abrem dados até de IR dos cidadãos 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretarias de Fazenda definem alíquota única para gasolina e etanol - CAPITAL S/A
..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A agricultura na reforma tributária (Artigo) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo arcabouço exige alta da carga tributária - SERGIO LAMUCCI 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária deveria ser Plano Real de Haddad - BRUNO CARAZZA 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para analistas, política fiscal precisa priorizar qualidade do investimento e previsibilidade
..... 23

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cotados para relatar arcabouço fiscal na Câmara preveem votação para maio 28

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação de fundos exclusivos deve ficar para segundo semestre 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cresce pessimismo com a economia desde a posse de Lula, aponta Datafolha 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com Selic nas alturas, empresas da Bolsa amargam prejuízo em 2022 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Mal-estar econômico (Editorial) 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

80% dos brasileiros acham que presidente age bem ao pressionar pela queda dos juros
..... 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Petróleo sobe 8% após países anunciarem corte de 1 milhão de barris ao dia 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Regras fiscais: sinalização é positiva, mas restam dúvidas (Artigo) 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A ajuda do Banco Central ao Brasil - HENRIQUE MEIRELLES 46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Economia empoçada ofusca retomada das políticas públicas 47

Fazenda vai atacar sonegação e taxar apostas eletrônicas

Edna Simão, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro De Brasília

As medidas que a equipe econômica pretende anunciar para alavancar as receitas e dar sustentabilidade ao novo arcabouço fiscal serão focadas em fechar brechas para sonegação de **tributos**, correção de distorções, redução de gastos tributários e tributação das apostas eletrônicas. Mudanças relacionadas a ajustes no Imposto de Renda, que também estão na mesa da discussão, devem ficar para o segundo semestre.

Na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou o tão aguardado substituto do teto de gastos. Ele informou que, nesta semana, apresentaria as ações que serão adotadas para alavancar as receitas em R\$ 150 bilhões e, com isso, dar sustentabilidade ao novo mecanismo.

Dentre as medidas que vêm sendo discutidas, segundo fontes ouvidas pelo Valor, estão o combate à elisão fiscal de multinacionais que prestam serviços no Brasil, mas faturam em sedes em offshore no exterior, e a realização de ajustes nas regras de preço de transferência na exportação para paraísos fiscais. "Estamos tratando do preço de transferência e de empresas que exportam abaixo do preço para paraísos fiscais", disse um técnico da área econômica.

No cardápio ainda está a realização de alterações na cobrança de Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) para corrigir distorções que acabam reduzindo a arrecadação da União. Neste caso, empresas que têm benefício de ICMS estariam usando isso para diminuir pagamento de imposto federal. "A ideia coibir é abusos.

Tem muita fraude com interpretações absurdas", afirmou outro integrante da equipe de Haddad.

Em outra frente, Haddad deverá haver a tributação das apostas eletrônicas. Segundo os técnicos da área econômica, tirando a as apostas eletrônicas que serão reguladas, as demais propostas para aumento de receita têm como objetivo fechar brechas para fraudes e sonegação.

Também está na mesa de discussão uma proposta de alinhamento da tributação dos fundos exclusivos com

os demais fundos de investimentos, instituindo o "come-cotas" (cobrança antecipada de Imposto de Renda dos fundos de investimentos), assim como fim do juro sobre capital próprio (JCP) e a taxação de dividendos de Pessoas Jurídicas. Mas, conforme fontes ouvidas pelo Valor, essas medidas devem ficar para o segundo semestre.

Técnicos do governo explicam que Haddad quer manter o compromisso, que vem fazendo em público, de não criar novos **impostos** nem aumentar alíquotas.

Portanto, os ajustes que envolverem IR vão ficar para depois.

Além dessas ações, a equipe econômica anda está fazendo um pente-fino nas desonerações, que neste ano deverão somar R\$ 456 bilhões, distribuídos em mais de 80 programas. Mas, neste caso, a expectativa é de que o governo enfrente resistência no Congresso Nacional.

De acordo com dados da **Receita Federal**, a maior renúncia tributária do país é o Simples, com R\$ 88,5 bilhões. Estudos já apontaram que o programa para micro e pequenas empresas tem custo elevado para o número de negócios formalizados. No entanto, o próprio Haddad disse que não tentaria aumentar a arrecadação mexendo no Simples.

A redução dos gastos tributários sempre foi desejo de vários governos.

Porém, a ideia acaba não indo para frente devido à dificuldade de aprovação no parlamento. Para tentar fazer a proposta andar desta vez, o Palácio do Planalto pretende centralizar nos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) as negociações com o Congresso. Assim, a tendência é que sejam vetadas negociações diretas de integrantes de outras pastas na Esplanada com os parlamentares, a fim de evitar "fogo amigo".

Interlocutores ouvidos pelo Valor admitem que encerrar as desonerações é uma medida impopular e gera conflitos que terão ser tratados inclusive dentro do próprio governo. Já se prevê "pressão de todos os lados" pela manutenção das isenções de **impostos** concedidas a diversos setores nos últimos anos. Esses conflitos, no entanto, devem ser tratados

internamente.

Auxiliares vêm aconselhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dar orientações expressas para que as conversas se concentrem no Palácio, evitando assim uma autossabotagem no governo que inviabilize a efetividade do novo arcabouço fiscal.

Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, ainda estão definindo que áreas afetadas pelo fim das desonerações. Assim como ocorreu com o arcabouço, a palavra final sobre que setores serão reonerados caberá a Lula.

Na Câmara, apesar de as linhas gerais do novo arcabouço fiscal terem sido elogiadas por lideranças partidárias do Congresso, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliam que a eventual inclusão de mudança de desonerações para dar suporte à nova âncora fiscal pode atrapalhar o debate da proposta na Casa.

Interlocutores de Lira reconhecem que a possível decisão do governo de encerrar ou limitar as desonerações seja necessária para aumentar a arrecadação, mas apontam que a medida não deve ser diretamente associada ao arcabouço fiscal para que seja possível o avanço da matéria em pouco mais de duas semanas após sua entrega, prevista para esta semana.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1)**

Ex-ministro admite à PF não ter informado que portava estojo de joias



O portador. O então ministro Bento Albuquerque com representante do governo saudita: oferta de presentes

DIMITRIUS DANTAS dimitrius.dantas@sp.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque admitiu, em depoimento à Polícia Federal, que não informou aos fiscais da **Receita Federal** do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, que portava um estojo de joias dado por autoridades da Arábia Saudita ao Estado brasileiro.

Ele afirma que só abriu a caixa no dia seguinte, no ministério, onde os itens ficaram guardados por aproximadamente um ano, em vez de terem sido entregues imediatamente ao acervo do Palácio do Planalto. O GLOBO teve acesso à íntegra do depoimento de Albuquerque, prestado no último dia 14.

O então titular de Minas e Energia liderou uma comitiva que representou o então presidente da República, Jair Bolsonaro, em uma viagem ao país árabe em outubro de 2021. Na volta, um assessor de Bento Albuquerque, Marcos Soeiro, foi flagrado com um outro pacote de joias, avaliadas em R\$ 16,5 milhões.

Como não havia sido declarado ao Fisco, o material foi retido pela **Receita Federal**.

Albuquerque, que já tinha passado pela alfândega, retornou ao local ao ver que o auxiliar havia sido abordado e tentou interceder para que as joias fossem liberadas, o que não ocorreu. Na ocasião, de acordo com reportagem do jornal "O Estado de S.Paulo", que

revelou caso, ele alegou que os bens eram um presente para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro. A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar o ocorrido.

No depoimento, Albuquerque contou que teria explicado as circunstâncias do recebimento aos auditores, mas um deles disse que as joias ficariam apreendidas até a comprovação do destino ao acervo público.

O ex-ministro conta, então, ter argumentado que os procedimentos formais exigidos pela Receita seriam adotados.

O ex-ministro, entretanto, admitiu, n depoimento aos policias federais, que "não chegou a comentar que teria outra caixa na sua bagagem".

À PF, Bento Albuquerque afirmou que não avisou Bolsonaro sobre os presentes. O próprio ex-presidente, ao retornar a Brasília depois de uma temporada de três meses nos Estados Unidos, na semana passada, admitiu que tentou reaver as joias apreendidas em Guarulhos.

PATRIMÔNIO DO ESTADO Por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), todas os itens recebidos na viagem capitaneada por Bento Albuquerque devem ser devolvidos, pois se tratam de patrimônio do Estado brasileiro.

Normalmente, presentes entre governos são despachados como bagagem diplomática, sobre a qual não há cobrança -já que se trata de um bem do governo brasileiro.

O ex-ministro, contudo, trouxe os objetos em sua bagagem pessoal. No caso dos bens trazidos por Bento Albuquerque, no recibo de entrega ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República consta que a caixa contém itens "destinados ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro".

O ex-ministro sustenta, como mostra o depoimento, que só abriu o pacote em questão um dia depois de desembarcar em São Paulo. Esse estojo de joias ficou guardado por pouco mais de um ano no cofre do ministério, até ser entregue à Presidência.

Ele também disse aos policiais que levou uma das caixas em sua bagagem porque não havia mais espaço nas malas de seu assessor.

Na versão de Albuquerque, aquela foi a única vez em que foi portado de materiais dados por autoridades estrangeiras ao governo brasileiro.

Ele foi ministro de janeiro de 2019 a maio de 2022. O depoimento de Albuquerque diz que "o primeiro presente que o declarante recebeu desse tipo, representando o Governo Brasileiro e o Presidente da República, razão pela qual não se sabia o procedimento no âmbito do ministério para dar a correta destinação desse bem".

Posteriormente, ele acrescentou que, "mesmo depois desse fato, não recebeu outros presentes de forma semelhante, que deveriam ser entregues ao órgão responsável pela documentação histórica do presidente".

EXCESSO DE BAGAGEM Também em depoimento à PF, o ex-assessor Marcos Soeiro disse que precisou pagar excesso de bagagem para trazer ao país "tantos presentes" ofertados pelo governo da Arábia Saudita ao Estado brasileiro. O militar afirmou, ao regressar ao Brasil, que o seu carrinho de bagagens tinha "tantas malas e caixas que ficava acima da sua cabeça, o que nunca tinha acontecido".

Soeiro contou à PF que recebeu as joias para trazer ao Brasil no último dia da missão oficial. Albuquerque participou de um jantar restrito oferecido pela família real saudita e informou por telefone a Soeiro "que o príncipe regente saudita falou que enviaria ainda um outro presente para o hotel, porém, o ministro disse não saber o que era". Segundo o ex-assessor, um emissário do príncipe foi ao hotel e levou as duas caixas. Soeiro transportou uma e o ministro, outra. Ao passar pela alfândega, a bagagem de Soeiro foi inspecionada e as joias de R\$ 16,5 milhões encontradas.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Para TCU, contratação de militares pelo INSS é ilegal

A contratação de militares da reserva para ajudar na redução da fila por benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) poderá acabar na Justiça.

O TCU (Tribunal de Contas da União) encaminhará ao Procurador- Geral da República nos próximos os dias o acórdão de um processo que concluiu pela "aparente inconstitucionalidade" da lei que permitiu a contratação de militares da reserva para reforçar no atendimento a segurados.

O ministro Bruno Dantas foi o relator do processo. Segundo a Corte de Contas, caberá à PGR decidir pela apresentação ou não de uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade).

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também receberá o acórdão.

A iniciativa que resultou na contratação de cerca de 2 mil militares da reserva integrava uma força-tarefa anunciada em 2020 pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para reduzir a espera de segurados por pensões, aposentadorias e auxílios que, àquela época, chegava a 1,3 milhão de pedidos no sistema sem resposta há mais de 45 dias.

Segundo o acórdão divulgado pelo TCU, apesar dos ganhos de produtividade nos atendimentos feitos por militares, quando comparados aos dos servidores do órgão, não há informações suficientes para afirmar que a contratação tenha tido efeito sobre a fila de espera.

Além de militares da reserva, também foram contratados servidores aposentados. Para o TCU, a seleção desse reforço para "vagas destinadas a serviços gerais contraria os princípios constitucionais da impessoalidade e da isonomia." No fim de fevereiro deste ano, a fila da **Previdência Social** tinha quase 1,8 milhão de segurados aguardando resposta.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187510?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187510?page=1§ion=1)**

A bola de neve dos precatórios

Washington Costa/MF



Segundo Rogério Ceron, há mais de R\$ 50 bi em precatórios acumulados

Henrique Lessa

Com a nova regra de pagamento de precatórios prevista na emenda constitucional 113, a chamada "PEC do calote", em 2022, último ano do governo Bolsonaro, a União conseguiu registrar o primeiro superavit primário desde 2013. Mas os números positivos escondem o calote de uma conta que foi empurrada para este ano. Somando mais de R\$ 50 bilhões e sem previsão orçamentária para a quitação, a perspectiva de recebimento desses valores deve ficar ainda mais distante.

A aprovação da PEC em 2021, permitiu que o governo postergasse os pagamentos de 2022 para 2023. Na previsão da LOA 2023, o montante disponível para a quitação dos débitos é inferior à dívida transferida do ano anterior. Desta forma, o valor que não poderá ser pago em 2023, deverá ser empurrado para 2024, aumentando a crescente bola de neve.

Conforme a regra dos precatórios, o governo federal deve quitar primeiro os papéis de pequeno valor - até R\$ 78 mil. Em seguida, vêm as dívidas que têm características alimentares com limite até R\$ 234 mil. Neste grupo, credores com mais de 60 anos e pessoas com doenças ou deficiências têm prioridade. Na sequência, são efetuados os demais pagamentos. Quantias superiores e demais precatórios entram na próxima rodada de acertos.

No entanto, a prioridade muda quando o precatório é

"empurrado" para o ano seguinte. O calote torna esses títulos prioritários, independentemente de tipo ou valor. Sem previsão para quitar o saldo atrasado no orçamento de 2023, quem tiver precatório emitido no ano, mesmo os prioritários, deve esperar, ao menos até 2024, para receber.

Com base na lei orçamentária em vigor, o calote deve girar em torno de R\$ 51,2 bilhões. O valor, somado ao resíduo da dívida anterior, deve criar uma bola de neve de difícil solução para o governo nos próximos anos. "Há mais de R\$ 50 bilhões de precatórios acumulados (de anos anteriores)", disse em fevereiro o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Sem mudança

Pelo menos por enquanto, o novo governo não deve mudar a sistemática de pagamentos. Essa é a aposta do presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva. "Não foi uma proposta do atual governo. Está sendo útil para eles, então não vão propor uma mudança em um curto espaço de tempo. Não faz sentido político para eles (governo Lula)", aponta o auditor.

Silva destaca que o problema tende a crescer nos próximos anos. "A bola de neve virá. Ano passado ninguém sentiu muito, esse ano vão começar a sentir, com o passar dos anos haverá uma pressão para que isso tenha uma solução", prevê.

A maioria dos precatórios da União está relacionada à reclamações junto à **Previdência Social** e a questões trabalhistas dos **servidores públicos**, enquadradas como alimentares. Mas o grosso do volume financeiro está relacionado a questionamentos tributários envolvendo empresas. Para o professor da USP e sócio da VRMA Advogados, Paulo Vieira da Rocha, os pequenos credores, em especial funcionários públicos e aposentados com valores a receber da União, mesmo inseridos como prioridade, ainda devem enfrentar uma longa espera. "No curto prazo não há muita esperança de receber. A única forma de abreviar o tempo é vendendo esses precatórios com um enorme deságio", avalia Rocha

Marco fiscal

Com o teto de gastos sendo substituído pelo novo arcabouço fiscal, o tema dos precatórios deve voltar para a pauta do governo. "Sem o teto de gastos e com

o novo arcabouço fiscal, a legitimidade (da emenda constitucional dos precatórios), que para mim nunca existiu, se sustenta ainda menos. O pouco que a regra dos precatórios tinha razão de ser começa a ruir, começa a desaparecer. Ela já era insustentável, tanto juridicamente quanto em matéria de finanças públicas", destaca o professor Paulo Rocha.

Segundo Mauro Silva, não faz sentido manter a regra do "calote" com o novo arcabouço. "Com a mudança da regra fiscal, não tem mais sentido essa regra restritiva de pagamento de precatórios", defende. Para ele, a União trata de forma diferente os seus credores. "Me avise se o governo atrasar o pagamento para os bancos. Para os credores alimentares, ele rola (a dívida). O tratamento que o governo dá para o tipo de credor A e o tipo de credor B, não é o mesmo", acusa o auditor fiscal.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/03/all.pdf>

Governo quita mais de R\$ 100 bi e reduz restos a pagar de 2022 a menos da metade



Sérgio Vale: "Pacote de janeiro parece não ter avançado"

Edna Simão De Brasília

Em menos de três meses, o governo acelerou o pagamento de despesas contraídas em exercícios anteriores, o chamado Restos a Pagar (RAP). Em janeiro, o estoque de restos a pagar inscritos para 2023 somava R\$ 255,2 bilhões, mas o montante recuou para R\$ 128,2 bilhões em fevereiro e para R\$ 118,4 bilhões até 15 de março, segundo dados repassados ao Valor Fiscal pelo Tesouro Nacional.

Para órgão, existe uma quantidade de restos a pagar que pode ser considerada estrutural, devido a própria execução da despesa, porém admite que "ocorreu um incremento nos RAP que ficaram para 2023 que impõe desafios adicionais a gestão fiscal do exercício".

Isso porque, os restos a pagar acabam abocanhando recursos orçamentários que financiam medidas planejadas para o exercício.

No início de 2017, o estoque de RAP era de R\$ 148,2 bilhões, passando para R\$ 189,6 bilhões em 2019, R\$ 233,7 bilhões em 2022 e R\$ 255,2 bilhões em janeiro.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o patamar de restos a pagar não deve atrapalhar a dinâmica fiscal esse ano. "Não é um montante que vá atrapalhar o governo esse ano nem o arcabouço fiscal", afirmou.

Ele chama a atenção, no entanto, que é preciso saber o que o governo vai fazer para gerar mais arrecadação neste ano para bancar as despesas, o que não está muito claro. "Já estamos em abril e o pacote de janeiro não parece ter avançado", disse o economista.

Na semana passada, a equipe econômica apresentou o aguardado arcabouço fiscal. Na ocasião, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que uma nova rodada de medidas fiscais, que podem chegar a R\$ 150 bilhões, será anunciada pelo Ministério da Fazenda. As iniciativas não envolveriam, conforme o secretário, aumento de carga tributária.

"São correções e distorções, muitas vezes de gastos tributários ineficientes", ressaltou Ceron.

Dados do Tesouro mostram que a redução R\$ 136,9 bilhões do estoque de restos a pagar (RPs) corresponde ao pagamentos de despesa de R\$ 132,6 bilhões e cancelamentos de R\$ 4,4 bilhões. "Teoricamente, do saldo a pagar em 15 de março (R\$ 118,4 bilhões), os RAPs não processados (R\$ 108,9 bilhões) são os que devem responder pela maior parte do cancelamento, tendo em vista que os processados já passaram pela etapa de liquidação", informou.

O Tesouro destacou que trabalha com o cenário de redução da reinscrição de restos a pagar ao final do exercício, ou seja, para que sejam cancelados ou pagos os valores empenhados nos anos anteriores. "Contudo, não é possível precisar se o montante a pagar ao final deste ano será menor que o valor apurado ao final de 2022", destacou o órgão.

Boa parte dos restos a pagar inscritos de um ano para outro é decorrente de despesas liquidadas (restos a pagar processados) que já são pagas no início do ano anterior devido a própria dinâmica de execução da despesa. Se trata, por exemplo, de despesas obrigatórias como de pessoal do Poder Executivo e benefícios previdenciários.

Esses gastos são de competência de dezembro e pagas em janeiro.

Segundo o Tesouro, do acumulado do ano até fevereiro, foram pagos R\$ 55,58 bilhões em restos a pagar relacionados à **Previdência Social**, restando R\$

510 milhões para os meses seguintes. No caso de restos a pagar de investimentos, foram pagos apenas R\$ 3,09 bilhões até fevereiro, restando R\$ 64,21 bilhões para serem quitados, caso não haja cancelamentos, ao longo do ano. Esse valor é ligeiramente menor que o investimento de R\$ 71,1 bilhões previsto na Lei Orçamentária para este ano.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1)**

Países menos corruptos abrem dados até de IR dos cidadãos

FELIPE FRAZÃO BRASÍLIA

Enquanto no Brasil uma parte do orçamento público virou secreto no governo Jair Bolsonaro, e pode seguir driblando a regra da transparência durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, nos países com menor índice de corrupção do mundo até o salário de cada pessoa se torna público. É o que ocorre, por exemplo, na Noruega e na Finlândia, onde anualmente os ganhos de todos os cidadãos, não importa se agentes públicos ou funcionários do mercado privado, são publicados por determinação legal, com base nas declarações de imposto de renda.

A partir da edição da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no País em maio de 2012, salários de **servidores públicos** são divulgados no Portal da Transparência. Mas a publicidade precisou ser chancelada pelo Supremo Tribunal Federal por causa da reação de parte do funcionalismo. A LAI brasileira segue princípios de transparência internacional, mas, na prática, setores do governo usam brechas para impor sigilo a determinadas informações.

Já na Noruega e na Finlândia, além dos também nórdicos Dinamarca e Suécia, as leis de acesso à informação estão consolidadas e os países constam entre os cinco primeiros em rankings de transparência. O Índice de Percepção da Corrupção, produzido pela Transparência Internacional, coloca os quatro nórdicos entre os seis com melhor integridade, onde constam também Nova Zelândia e Cingapura. O Brasil está na 94.a posição, conforme o relatório de 2022, o mais recente.

"LISTA DE **IMPOSTOS**". Anualmente, a Finlândia divulga em novembro a lista com imposto de renda dos cidadãos, com dados acessíveis por qualquer pessoa. A documentação inclui fontes de renda sujeitas à tributação, o montante de **impostos** pago, além do nome da pessoa, data de nascimento e cidade em que vive. É possível ainda saber quanto a pessoa deve ou se vai receber reembolso na declaração anual do imposto de renda.

A prática de publicar as "listas de **impostos**" está arraigada na sociedade norueguesa. Esse hábito é visto como uma forma de gerar confiança no sistema tributário, conforme a embaixada da Noruega. "Você pode saber quanto ganha o seu vizinho. Não são só os

políticos e celebridades", diz o embaixador Odd Magne Rudd, segundo quem já não se pode mais "bisbilhotar" o salário de um amigo, parente ou vizinho de forma anônima.

RANKING

Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo

O ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC) USA UMA ESCALA DE 0 A 100

ALTAMENTE CORRUPTO

MUITO ÍNTEGRO

0

100

Os 10 mais íntegros

| | | |
|-----|---------------|----|
| 1º | DINAMARCA | 90 |
| 2º | FINLÂNDIA | 87 |
| 3º | NOVA ZELÂNDIA | 87 |
| 4º | NORUEGA | 84 |
| 5º | CINGAPURA | 83 |
| 6º | SUÉCIA | 83 |
| 7º | SUIÇA | 82 |
| 8º | HOLANDA | 80 |
| 9º | ALEMANHA | 79 |
| 10º | IRLANDA | 77 |

94º BRASIL

38

MESMA PONTUAÇÃO DO BRASIL: ARGENTINA, ETIÓPIA, MARROCOS, TANZÂNIA

Os 10 mais corruptos

| | | |
|------|------------------|----|
| 171º | BURUNDI | 17 |
| 172º | GUINÉ EQUATORIAL | 17 |
| 173º | HAITI | 17 |
| 174º | COREIA DO NORTE | 17 |
| 175º | LÍBIA | 17 |
| 176º | IÊMEN | 16 |
| 177º | VENEZUELA | 14 |
| 178º | SUDÃO DO SUL | 13 |
| 179º | SÍRIA | 13 |
| 180º | SOMÁLIA | 12 |

FONTE: TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Secretarias de Fazenda definem alíquota única para gasolina e etanol - CAPITAL S/A





CAPITAL S/A

Em reunião conjunta, as secretarias de Fazenda dos estados e do DF definiram que o valor da alíquota específica da gasolina e etanol anidro combustível para ICMS será de R\$ 1,22 por litro vendido, aplicável a partir de 1º de junho de 2023. O valor foi definido para atender a exigência legal de uma alíquota única nacional. No mesmo encontro, ocorrido em Brasília, o prazo de aplicação da alíquota do diesel e gás de cozinha, que deveria começar agora em abril, foi prorrogado para 1º de maio. "A gasolina ainda está no conceito de essencialidade. Consideramos uma média do que temos hoje de alíquotas modais no País e chegamos a um valor que dá conforto para todos", explicou Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz).

Reunião no STF

O Comsefaz e entidades dos setores de petróleo e gás também se reuniram, no final de semana passada, com o ministro do STF André Mendonça para tratar sobre a implantação do regime monofásico da tributação do setor. As conversas fazem parte de desdobramentos do acordo que vem sendo construído no Supremo entre estados e União, em torno da tributação de combustíveis.

Reforma tributária

Além disso, os representantes do segmento participaram de longa reunião com o secretário especial de **Reforma Tributária** do governo federal, Bernard Appy, para discutir detalhes da proposta. Os governos estaduais concordam com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como consta nos dois textos em análise no Congresso Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Presença

O secretário de Fazenda do DF, Itamar Feitosa,

participou das reuniões. "Todos os estados se colocaram à disposição para atuar junto à União, com o objetivo de consolidar uma **reforma tributária** com premissas de legitimidade que atendam as unidades da federação", destacou. Afinal, todos se preocupam com futuras perdas de arrecadação.

Sinduscon-DF faz homenagem a empresas com mais tempo de fundação

Para celebrar 59 anos, o Sinduscon fez homenagem às 20 associadas com mais tempo de fundação no DF. Algumas superaram a marca de 50 anos, somente de filiação. As empresas foram presenteadas, cada uma, com uma peça de arte inspirada em obra construída por elas. "Se nosso sindicato tem a força que tem e é reconhecido, deve-se também à prosperidade de seu associado, notadamente os longevos como estes que homenageamos. A despeito das dificuldades impostas, perseveraram. Vencem os desafios das políticas econômicas, crises sociais", destacou Dionyzio Klavdianos, presidente da entidade. O governador Ibaneis Rocha também participou do evento.

149 mil

empregos no DF e Entorno

55% do **PIB**

da indústria

3% do DF

Agraciadas

Empresas homenageadas: Senap, Conbral S/A e Basevi ; J.C Peres; Villela E Carvalho; Brasal, Itebra, Arca Arnaldo Campos; Apex, Paulo Octavio, Mbr, Conterc, Proclima; Via Engenharia; Burity; Emarki ; Direcional; Carvalho Accioly; Soltec e Emplavi.

Prêmio Engenho Mulher

Após celebrar 26 anos de atuação no mercado nacional e a realização de 17 edições do Prêmio Engenho de Comunicação - O Dia em que o Jornalista Vira Notícia, a Engenho Comunicação realiza amanhã a primeira edição do Prêmio Engenho Mulher - Reconhecimento a Quem nos Transforma. "A ideia surgiu em 2019, quando iniciaram detratações sistemáticas às mulheres em nosso país. Daí, veio a pandemia. Estamos agora, em 2023, dando continuidade a essa iniciativa, que me dá uma imensa satisfação", conta a realizadora Kátia Cubel (foto).

Juri feminino

A iniciativa irá distinguir a presença feminina que lidera transformações em distintas áreas da sociedade brasileira. A cada ano, serão até três homenageadas, selecionadas por um prestigioso júri de cinco mulheres. A colunista do Correio Denise Rotenburg é uma das juradas. O evento será no Espaço Renata La Porta.

Destaques

Uma das premiadas desta edição de estreia é Jane Klébia, delegada da Polícia Civil que atua no combate à violência contra a mulher e na defesa de garantia aos direitos femininos. Após ser escolhida vencedora pelas juradas, foi eleita deputada distrital em 2022. E a outra homenageada é Dra. Isis Magalhães - Oncologista e hematologista, diretora clínica e fundadora do Hospital da Criança de Brasília José de Alencar.

Reconhecimento à Gestão Educacional

O Centro Universitário IESB conquistou o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Gestão Educacional (PNGE) 2023, com o projeto i.Prótese. A iniciativa produz e distribui, gratuitamente, próteses 3D para crianças e adultos com ausência total ou parcial de membros superiores. Vencedor na categoria Responsabilidade Social, o prêmio foi recebido pelas mantenedoras do IESB, professora Eda Machado e Liliane Barbosa, durante cerimônia realizada, em São Paulo. As próteses são produzidas no Laboratório Maker do IESB, com a participação de estudantes e docentes de diversos cursos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/03/all.pdf>

A agricultura na reforma tributária (Artigo)

Maílson da Nóbrega, Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

A agricultura será beneficiada com a **reforma tributária** do consumo. Os créditos de **impostos incidentes** sobre os bens e serviços adquiridos poderão ser aproveitados. Caso o setor acumule créditos, a devolução será rápida e eficaz. Esta auspiciosa realidade consta de estudo preparado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), disponível aqui.

Adicionalmente, a agricultura se beneficiará, de forma indireta, dos ganhos de eficiência derivados da reforma, o que implicará redução de custo de insumos e de outros componentes do processo produtivo rural. A desoneração das exportações e dos investimentos aumentará a competitividade do setor e, pois, sua rentabilidade.

A reforma se destina a eliminar o caos da tributação do consumo, a mais distorcida do mundo. Ela é uma das principais -talvez a maior- fontes de ineficiências, da queda de produtividade e do potencial de crescimento do **PIB**, do emprego e da renda.

O apoio a reforma é consensual. Os estados, que constituíam a maior resistência, estão a favor. Antes, preferiam o confuso ICMS, que utilizavam para atrair investimentos via incentivos fiscais. Agora, deram-se conta de que também perdem. O custo de gestão do tributo é excessivo. A base de arrecadação encolhe por ser limitada e pela generalização na concessão de incentivos.

Felizmente, o país dispõe de duas excelentes propostas, as melhores dos últimos 40 anos, as PECs 45 e 110. A primeira tramita na Câmara; a segunda, no Senado. As discussões em torno delas permitiram que as duas convergissem. Praticamente desapareceram as diferenças.

A reforma criará o Imposto sobre Bens e Serviços, uma incidência sobre o valor agregado (IVA), que substituirá cinco maus **tributos**: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. A simplificação será facilitada pelo fato de o sistema ser totalmente informatizado, tendo por base a nota fiscal eletrônica. A tributação em cascata (cumulatividade) desaparecerá. Haverá, assim, a desoneração integral das exportações e dos investimentos, impossível no sistema atual. Créditos acumulados serão devolvidos em 60 dias ou menos (pelas normas em vigor, pode levar vários anos).

A reforma incorporará o que há de melhor entre os mais de 160 países que adotam o IVA, principalmente regras extremamente simples e, idealmente, alíquota única. Proibirá a concessão de incentivos fiscais, eliminando a teia de benefícios tributários que provocam má qualidade do sistema e guerra fiscal. A alocação de recursos vai melhorar, aumentando a produtividade.

A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) apoia a reforma, mas quer a manutenção do atual tratamento tributário do setor. É contra o fim da isenção da cesta básica de consumo, mas a experiência mostrou que esse regime é insatisfatório. Ela não se restringe aos segmentos de baixa renda, pois também beneficia os ricos, que consomem igualmente arroz, feijão, carne, leite, café e outros.

A reforma prevê uma saída melhor: a devolução do imposto pago pelos pobres até um certo valor. Na compra, eles informarão o CPF. Logo em seguida, o valor do imposto pago será devolvido no cartão de programas sociais. Isso será possível porque, além da informatização e da nota fiscal eletrônica, o país conta com amplas bases de dados sociais e com o uso disseminado de cartões eletrônicos. Desse modo, apenas as famílias pobres serão beneficiadas. Não dá para entender por que a FPA se opõe à mudança.

A adoção de uma alíquota única terá consequências positivas, diferentemente do que imagina a FPA. É o que prova o citado estudo do CCiF.

A agricultura é vital para o Brasil, mas preservar tratamentos especiais para segmentos da economia determinará a volta da complexidade da tributação do consumo. A competitiva agricultura brasileira não colheria os frutos dos avanços esperados com a **reforma tributária**.

[...] A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) apoia a reforma, mas quer a manutenção do atual tratamento tributário do setor. É contra o fim da isenção da cesta básica de consumo, mas a experiência mostrou que esse regime é insatisfatório. Ela não se restringe aos segmentos de baixa renda, pois também beneficia os ricos

Maílson da Nóbrega, Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235>

Novo arcabouço exige alta da carga tributária - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

As linhas gerais da nova regra fiscal foram enfim reveladas.

Anunciada na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a proposta do novo arcabouço escancara a preferência por um ajuste das contas públicas concentrado em aumentos expressivos da receita, para acomodar gastos que deverão crescer sempre acima da **inflação**. Para que as metas de resultado primário previstas no projeto sejam alcançadas, será preciso elevar a carga tributária para bancar despesas que terão expansão anual de 0,6% a 2,5%, além da variação dos índices de preços.

Ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros diz que só será possível cumprir as metas embutidas no novo arcabouço com um "desempenho extraordinário" da arrecadação. "Será necessário um substancial aumento de carga tributária, e não apenas em um único ano, mas de forma recorrente", afirma ele, economista-chefe da Ryo Asset.

Barros observa que, pela nova regra, o gasto nunca recua. O ajuste é focado em ampliar a arrecadação. "Com a economia e arrecadação crescendo, a despesa avança; com a economia e arrecadação decrescendo, a despesa segue avançando", aponta o economista. Nesse cenário, resta aumentar as receitas para cumprir as metas de resultado primário (que exclui gastos com juros) para o governo federal, apresentadas em bandas. Para 2023, o intervalo fica entre um déficit de 0,75% do **PIB** e um rombo de 0,25% do **PIB**; para 2024, a banda vai de um déficit de 0,25% do **PIB** a um superávit de 0,25% do **PIB**.

Um aumento de carga tributária acompanhado por simplificação do sistema de **tributos**, redução de distorções e diminuição de renúncias fiscais pode não ser um problema. O ponto é se isso é factível. No primeiro semestre, o governo pretende fazer avançar a **reforma tributária** do consumo, para tornar o sistema menos complexo e mais racional, em tese sem aumento de carga. Num segundo momento, o foco será na tributação da renda. Além disso, Haddad planeja reduzir benefícios fiscais. "Em princípio existe espaço para uma simplificação e redução de distorções tributárias, mas a dúvida recai mais na

capacidade do governo em caminhar nessa direção, dados os lobbies e grupos bem organizados que historicamente têm conseguido manter seus privilégios e regimes especiais", diz Barros.

Ele lembra que, no debate recente da **reforma tributária**, esses lobbies têm retornado com força. Já se fala alíquotas diferenciadas e exceções para alguns setores como saúde, educação, transportes, construção civil. Tampouco deve haver mudanças nos benefícios da Zona Franca de Manaus, do Simples e de entidades filantrópicas. As renúncias fiscais neste ano são estimadas em R\$ 456 bilhões, equivalentes a mais de 4% do **PIB**.

Barros destaca ainda que o piso para o crescimento dos gastos totais, de 0,6% acima da **inflação**, não parece factível. Quando se analisa cada rubrica, a taxa de expansão média de todas as despesas deve ficar acima desse nível, tornando impraticável reduzir o ritmo de avanço dos gastos agregados para 0,6% num momento adverso para as receitas. "Só as despesas com a Previdência, que respondem por cerca de 45% do gasto [primário, que exclui juros], crescem anualmente a uma taxa em torno de 1,5% a 2% acima da **inflação**", afirma Barros. Se todas as outras despesas não tiverem crescimento real (descontada a **inflação**), apenas os gastos com aposentadorias fariam o total de dispêndios aumentar 0,7% a 0,9% em termos reais, estima Barros.

Ele observa ainda que, com a substituição do teto de gastos pelo novo regime fiscal, as despesas com saúde e educação voltarão a seguir as regras da Constituição, passando novamente a ser vinculadas à receita. Para completar, há um piso para os investimentos. Tudo isso comprime o espaço fiscal para acomodar outras despesas.

"Ou seja, para atender a todas as preferências reveladas de gastos, a receita precisa surpreender muito, sempre", resume Barros.

O projeto apresentado por Haddad prevê que as despesas tenham o crescimento anual limitado a 70% da variação da receita. Se o resultado primário ficar abaixo do piso da banda, a expansão dos gastos no ano seguinte fica limitado a 50% do ritmo de avanço da arrecadação.

Para Barros, o gatilho em caso de descumprimento é "frágil", pois o gasto segue com o crescimento mínimo acima da **inflação**.

Haddad prometeu para esta semana a apresentação de medidas que elevem as receitas entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões. O aumento da arrecadação, porém, não poderá ficar restrito a este ano. Para cumprir as metas de resultado primário, a arrecadação terá que sempre crescer com força, como enfatiza Barros. E isso terá de ocorrer, vale lembrar, num cenário em que a **inflação** e os preços de commodities deixarão de inflar as receitas, como nos dois últimos anos, e em que as estatais deverão pagar menos dividendos ao Tesouro, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A retomada da atividade é outro fator que pode impulsionar as receitas, mas parece improvável uma recuperação da economia significativa em breve. Se o novo arcabouço fiscal for percebido como crível, reduzindo os juros futuros e ajudando a controlar as expectativas de **inflação**, o Banco Central (BC) poderá começar a cortar os juros. A queda da Selic, contudo, não deve ocorrer no curtíssimo prazo, e o BC tampouco deve promover reduções substanciais da taxa neste ano. No longo prazo, o crescimento sustentado a taxas mais elevadas depende da melhora da produtividade, que tem mostrado um desempenho muito fraco no Brasil nos últimos anos.

Nas próximas semanas, haverá negociações no Congresso para aprovação do novo arcabouço fiscal. A expectativa é que a nova regra seja aprovada sem grandes dificuldades.

No entanto, também será necessário avaliar as medidas a serem adotadas pelo governo para cumprir as metas fiscais até 2026.

Que iniciativas serão tomadas para elevar receitas? O Congresso vai aprovar aumentos de **impostos**? O governo vai conseguir diminuir renúncias fiscais? Há o risco de que se recorram a medidas que causam distorções na economia, como a taxação de exportações? Haverá algum controle mais firme de algumas despesas? Todos esses fatores serão importantes para definir o quanto a nova regra fiscal vai reduzir-ou não-as incertezas sobre as contas públicas. O anúncio do arcabouço foi o primeiro passo nesse processo.

Para bancar aumento de gastos, receita terá de subir com força

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1>

Tributária deveria ser Plano Real de Haddad

- BRUNO CARAZZA

O livro "Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda" é o retrato mais vívido das idas e vindas do combate à hiperinflação no Brasil.

Narrado por quem acompanhou de muito perto as maquinações dos economistas, os dilemas dos políticos e o sofrimento dos cidadãos e das empresas, a obra de Miriam Leitão é o melhor registro histórico de um tempo que, passadas quase três décadas da estabilização, é até difícil lembrar ou, para os mais jovens, imaginar.

De acordo com o IBGE, de janeiro de 1980 a junho de 1994, a **inflação** medida pelo IPCA foi de inacreditáveis 11.256.886.924.720,80%. O descontrole de preços corroía o poder de compra dos salários, principalmente dos mais pobres. Sem horizonte de planejamento, empresas deixavam de investir para aplicar no overnight. Reajustes desenfreados distorciam os preços relativos e as pessoas perdiam a referência de valor dos produtos e serviços.

Pôr fim a esse descalabro envolveu um longo processo de tentativas e erros que passou por cinco planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II) e padrões monetários (de cruzeiro a cruzado, cruzado novo, cruzeiro novamente e cruzeiro real) até finalmente se atacar o problema com a complexidade que ele exigia no Plano Real, de 1994.

O desafio imposto à aprovação da **reforma tributária** em 2023 vem sendo comparado à missão assumida por Fernando Henrique Cardoso ao ser nomeado ministro da Fazenda por Itamar Franco 30 anos atrás, em 19 de maio de 1993.

Parece incrível, mas os brasileiros haviam se acostumado a conviver com uma **inflação** acima de 40% ao mês. Mecanismos de indexação e correção monetária anestesiavam o caos; empresas mobilizavam exércitos de contadores para lidar com as mudanças de regras e remarcação de preços.

Conviver com cinco **tributos** diferentes, com alíquotas e bases de incidência estabelecidos pela União, 27 Estados e mais de 5.500 municípios para cada bem e serviço comercializado no país não fica muito longe, em bizarrice, do que lidar com um regime hiperinflacionário. Mas artimanhas como créditos tributários, diferimentos, isenções, cálculos por dentro

e por fora, geram a falsa impressão de que a carga paga é menor do que realmente é.

Como no passado, recursos que deveriam ser empregados nos processos produtivos são destinados a contadores e advogados. Provisões devem ser feitas nos balanços para dar conta do contencioso tributário, assim como o capital de giro das empresas era drenado para o overnight nos tempos da hiperinflação.

Naquela época, cada aumento de preços praticado por uma empresa resolvia momentaneamente seu problema de caixa, mas prejudicava a economia como um todo, pois alimentava o dragão da **inflação**. Hoje, sempre que um setor obtém algum alívio com benefício tributário, o sistema se torna mais confuso e desordenado.

Como na época da **inflação** acima de 1.000%, perdemos a noção de preços relativos.

Produtos semelhantes têm preços distintos por causa de tratamentos tributários diferentes. Os pobres, como sempre, são os que mais sofrem.

FHC assumiu o Ministério da Fazenda quando ninguém mais acreditava ser possível controlar a hiperinflação.

Enfrentou desconfiança após diversos planos econômicos fracassados e a resistência de setores que lucravam com o caos. Três décadas depois, seu xará Haddad encontra-se na mesma situação. Todos desejam um sistema tributário simples e eficiente, mas empresários alertam para os riscos de perdas generalizadas caso seus pleitos não sejam atendidos.

Se Haddad quer uma transformação realmente estrutural na economia, precisa seguir, na **reforma tributária**, os mesmos passos de FHC no Real.

O senso de urgência exigiu preencher todos os cargos da equipe econômica com um super time de profissionais de renome com a missão de entregar um plano coerente de combate à hiperinflação: Pedro Malan, Edmar Bacha, André Lara Resende, Persio Arida, Gustavo Franco, Winston Fritsch e muitos outros.

A **reforma tributária**, contudo, ainda é a "reforma de

Bernard Appy". A despeito da qualidade técnica do Secretário Extraordinário de Haddad, é imprescindível atrair para o governo outros economistas e tributaristas de peso para unir esforços nesta missão. Mudar radicalmente o sistema não pode ser trabalho para "um exército de um homem só".

Mais do que isso. Assim como FHC precisou convencer Itamar Franco da complexidade de sua tarefa, Haddad precisa fazer com que Lula se engaje e se comprometa publicamente com a **reforma tributária**, fato que até agora não aconteceu.

O atual ministro da Fazenda também precisa entender que as chances de sucesso da **reforma tributária** dependem de uma estratégia bem-sucedida de comunicação.

O lançamento do Plano Real foi anunciado como o início de uma nova era em propagandas massivas no rádio, na TV e na imprensa.

Membros da equipe econômica eram figuras constantes em programas de entrevistas explicando para a sociedade mudanças tão complexas, como a adoção da URV. Explicitar para consumidores e empresários as vantagens do IVA deveria ter a mesma prioridade na agenda do Ministério da Fazenda e na agência de comunicação do governo federal.

Há trinta anos, parecia impossível derrotar a **inflação**.

A adoção do Real teve um efeito tão profundo na sociedade brasileira, que Miriam Leitão decidiu escrever um livro para retratar aquela saga e manter a "memória acesa, depois da angústia apagada", como cita o verso de Cecília Meireles utilizando como epígrafe da sua obra.

Fernando Haddad e Lula precisam entender o tamanho da responsabilidade de se aprovar a **reforma tributária**. Se não for pelo legado que ela pode trazer à população brasileira, que seja pelos ganhos políticos que o Plano Real trouxe para Itamar Franco e FHC três décadas atrás.

Após arranjo fiscal, reforma merece máxima atenção

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1>

Para analistas, política fiscal precisa priorizar qualidade do investimento e previsibilidade



Primeira edição do evento Encontros de Valor aconteceu em São Paulo, apenas para convidados.



Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos



Felipe Campelo, head da XP Empresas



Marcos Lisboa, economista

" O Brasil cresce pouco há 40 anos e um dos motivos é a criatividade na política monetária, que faz com que o país alterne períodos de expansão com picos de juros e **inflação**. O nome do jogo no Brasil, infelizmente, é volatilidade." A avaliação é do economista Marcos Lisboa, um dos participantes do evento Encontros de Valor, promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com a XP Empresas, no último dia 22.

Também presente no debate, Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reiterou que a falta de previsibilidade e visão expansionista de gastos do novo governo podem criar insegurança em quem quer investir no país. "A PEC [Proposta de Emenda Constitucional] aprovada no ano passado foi um divisor de águas. O sinal dado para a sociedade é o de um governo que está se endividando ao longo do tempo. Em algum momento ou vai aumentar imposto ou vai aumentar a **inflação** para pagar essa conta", afirmou.

As análises em torno dos desafios estruturais, fiscais e tributários do país e ainda dos primeiros três meses do novo governo foram os temas centrais do encontro para convidados realizado na sede da XP, em São Paulo, e que teve a mediação de Talita Moreira, editora de finanças do Valor.

Felipe Campelo, head da XP Empresas, destacou que a iniciativa foi idealizada para auxiliar o mercado a enxergar o cenário macroeconômico e contribuir com a oferta de soluções de gestão de caixa e de negócios que o banco de atacado oferece. "Nesta primeira edição, focamos mais o cenário macro, a expectativa de reformas e política fiscal. Em edições futuras, queremos nos aprofundar em outros temas de interesse das empresas, nos setores industrial, imobiliário e do agronegócio, entre outros", avaliou.

Confira a seguir alguns dos temas mais relevantes levados ao debate: DESAFIOS ESTRUTURAIS Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005), Lisboa destacou o baixo crescimento do Brasil na comparação com outros países emergentes e ricos fora da América Latina, como Polônia, Hungria, Leste Europeu, Tailândia, Malásia, Vietnã e Indonésia -que, nas últimas décadas, cresceram em média 127%, enquanto o Brasil cresceu apenas 19%.

Segundo ele, um dos principais motivos são as intervenções baseadas em contingências de curto prazo. "Em 2011, o Banco Central vinha subindo juros até que, de repente, surpreendeu o mercado reduzindo as taxas, apesar de inflação continuar alta. Essa criatividade na política monetária desacelerou a economia até que mergulhamos em uma recessão em 2013", lembrou. O economista comentou ainda como o BNDES inundou o setor privado com mais de R\$ 300 bilhões em subsídios, entre 2009 e 2010, que não resultaram em aumento do **PIB** e tampouco investimento.

O crescimento sustentado só será alcançado quando o país pensar em soluções estruturais e não em pílulas mágicas, conforme ressaltou Megale, ex-secretário de

Desenvolvimento da Indústria e Comércio e diretor de programas no Ministério da Economia (2019-2020). O Brasil é um mercado relativamente fechado e, mesmo dependente do bom desempenho das commodities, possui um mercado interno muito forte, o que funciona como um colchão em momentos de instabilidade internacional, segundo ele. Só é preciso regras do jogo mais claras.

"O investimento do governo é sempre muito pequeno, perto do investimento do setor privado. Então precisamos criar condições para o investimento privado aparecer. O que vai acontecer com um conjunto de reformas que traga previsibilidade e estabilidade para a economia", disse Megale.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE Na análise de Lisboa, a competição entre empresas é a principal fonte de crescimento dos países, pois aquelas que conseguem inovar e crescer acabam sendo copiadas pelas outras, o que leva a um aumento geral da produtividade. É onde países pobres ou emergentes, como o Brasil, acumulam erros e têm muita dificuldade em avançar.

O economista ponderou que países pobres tendem a ser menos produtivos em cada setor do que países ricos, mas suas melhores empresas são tão boas quanto as empresas dos países mais desenvolvidos. A diferença está na "cauda" das empresas de menor desempenho.

Um bom modelo, ele apontou, são os Estados Unidos, onde a destruição e criação de empresas em série mantêm os níveis de desemprego historicamente baixos. "Países pobres protegem empresas pouco produtivas, impedem a abertura da economia para o comércio exterior e criam regras tributárias que protegem empresas ineficientes e pequenas", afirmou Lisboa.

REFORMA TRIBUTÁRIA Embora os dois economistas estejam de acordo que a equipe liderada pelo secretário especial para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, seja de alto nível e experiência, é difícil prever se o conflito de interesses e a complexidade do tema vão de fato garantir que o país encontre uma solução robusta para a nova legislação, cuja votação promete entrar em pauta no Congresso Nacional ainda no primeiro semestre.

Um dilema apontado pelo economista-chefe da XP é como tratar os dois principais sistemas de arrecadação, no consumo e na renda, que estão no centro das discussões no Congresso e dentro da equipe econômica. "No governo passado, discutimos muito a reforma do consumo e na última hora foi acelerada a reforma da renda, o que criou uma

confusão na cabeça das pessoas e no Congresso". lembrou Megale.

Lisboa enfatizou que, se o Imposto de Renda é um tema complexo em todo o mundo, na outra modalidade, o Brasil é caso único, ao praticar regime tributário que incide sobre a origem e não na ponta do consumo.

Fator que induz, na visão dele, as empresas a adotar escolhas ineficientes para pagar menos **impostos**.

NOVO ARCABOUÇO FISCAL O novo arcabouço fiscal proposto pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deveria romper com o histórico costume político brasileiro de enfatizar os gastos discricionários, na opinião de Lisboa, dando menor importância para a eficiência no investimento. "Qual é a meta efetiva de aprendizado, quantas casas serão construídas e quantas pessoas serão efetivamente beneficiadas com obras de saneamento? Isso nunca se discute a fundo", disse o economista, defendendo o Teto de Gastos implementado no governo Michel **Temer**.

Megale, por sua vez, acrescentou que, da forma como vem sendo debatida, a proposta é apresentada como um salvo-conduto para que o governo não tenha que se preocupar com o limite de despesas. "APEC poderia ter ficado em um volume de recursos de R\$ 80 bilhões, mas chegamos a R\$ 200 bi. Foi uma sinalização de que o governo não quer conf lito orçamentário", disse.

TRAJETÓRIA DOS JUROS Os dois economistas previram ser pouco provável que o Banco Central inicie uma nova trajetória de queda da Selic no primeiro semestre, o que dependerá do compromisso que o governo terá com o controle fiscal. Embora exista a ideia de que a ancoragem das expectativas de **inflação** seja uma bobagem, Lisboa rebate que estudos mostram como as expectativas acima da meta impactam a alta dos preços. "O Banco Central precisa cumprir o seu papel e colocar a **inflação** na meta de maneira adequada, com modelos e análises que cercam o Copom de um discurso claro", opinou.

Ambos comentaram também que ainda é cedo para dizer se a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) nos Estados Unidos, e do Credit Suisse, na Europa, terão algum efeito sistêmico no mercado global. A primeira avaliação deles é a de que são fatos não relacionados, o que tende a manter certa estabilidade das políticas dos bancos centrais.

Os Estados Unidos, assim como o Brasil, enfatizou Lisboa, foram os países que mais se excederam no lado fiscal, o que deve retardar o ciclo de queda dos

juros, enquanto na Europa a **inflação** está mais relacionada à guerra da Ucrânia e não haveria uma expectativa de mudança brusca nas taxas. "Uma queda abrupta nos juros no Brasil poderia ter o efeito inflacionário que Argentina e Turquia estão sofrendo agora", disse.

Já Megale torce para que o país encontre as condições corretas para que a curva descendente dos juros comece o quanto antes. "Aqui na XP, nós sofremos com juro alto, porque fica mais difícil captar investimento. Por isso, esperamos que os juros caiam, desde que isso aconteça de uma forma sustentável ao longo do tempo", afirmou o economista-chefe daXP.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1>

“O investimento do governo é sempre muito pequeno, perto do investimento do setor privado. Então precisamos criar condições para o investimento privado aparecer. O que vai acontecer com um conjunto de reformas que traga previsibilidade e estabilidade para a economia.”

CAIO MEGALE,
economista-chefe
da XP Investimentos

“Países pobres protegem empresas pouco produtivas, impedem a abertura da economia para o comércio exterior e criam regras tributárias que protegem empresas ineficientes e pequenas.”

MARCOS LISBOA,
economista

Cotados para relatar arcabouço fiscal na Câmara preveem votação para maio

Thiago Resende

Deputados cotados para relatar o projeto do novo arcabouço fiscal afirmam que a votação da proposta deverá ser concluída na Câmara até o fim de maio.

Apesar de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não ter apresentado o texto ao Congresso, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm dito que a tramitação será rápida na Casa.

Lira decidiu que o relator, responsável por negociar mudanças no projeto, será um deputado do seu partido, o PP. André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA) são os cotados. O nome de Cajado tem ganhado força nos últimos dias.

A expectativa, segundo fontes do governo, é que o texto seja concluído nesta segunda-feira (3). O Ministério da Fazenda encaminhará uma minuta para a Casa Civil, que irá remeter, na sequência, o projeto para apreciação do Congresso, o que pode ocorrer na quinta-feira (6).

"Na semana que vem não tem sessão na Câmara e no Senado, então nós vamos aproveitar esse momento para mandar o texto mais claro e transparente que possa ser redigido", disse o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na última quinta-feira (30).

O cronograma pode sofrer atrasos devido ao feriado prolongado da Páscoa, que deve reduzir a presença de parlamentares em Brasília nesta semana. No entanto, o governo quer apresentar o texto antes de 14 de abril, quando a equipe econômica tem que entregar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

Na semana passada, o presidente da Câmara afirmou que irá trabalhar para que a votação ocorra até o fim de abril. Mas aliados dele acreditam que esse prazo não será suficiente para a Casa analisar o tema.

A proposta começará a tramitar pela Câmara, que dará a palavra final. Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em assuntos contemplados pela proposta -as chamadas comissões de mérito.

Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar o mérito e/ou a admissibilidade dos projetos de lei complementar

Além disso, líderes da Câmara dizem que precisam avaliar detalhadamente cada ponto do novo arcabouço já que a regra é mais complexa que o teto de gastos - norma atualmente em vigor.

Desde que a proposta do novo arcabouço recebeu aval de Lula, várias equipes da ala econômica passaram a redigir o projeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo.

A proposta pressupõe um crescimento das despesas federais limitado a 70% do avanço das receitas primárias líquidas observadas nos 12 meses até junho do ano anterior.

O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

O arcabouço estipula também uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo -a exemplo do sistema de metas para **inflação**.

Lira tem dito que só deve anunciar o relator do projeto quando o governo entregar o texto.

A indicação havia sido prometida ao deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), mas, segundo relatos de parlamentares, o fracasso das negociações entre o partido e o PP para a formação de uma federação partidária entre as duas legendas acabou minando o acordo.

Aliados de Lira afirmam ainda que, ao decidir colocar um correligionário nessa função, o presidente da Câmara e o presidente do PP, Ciro Nogueira, querem ter controle sobre a versão que será aprovada no Congresso.

Nogueira é senador pelo Piauí e foi ministro da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Nesse contexto, Cláudio Cajado e André Fufuca são apontados como favoritos na disputa pela relatoria.

Cajado foi presidente do PP, enquanto Nogueira esteve na Casa Civil. O deputado tem familiaridade com a área fiscal pelo histórico na CMO (comissão mista de Orçamento), que é responsável por aprovar o Orçamento no Congresso.

E Fufuca é líder do PP na Câmara e um dos mais próximos do presidente do partido.

A previsão do presidente da Câmara é que o novo arcabouço fiscal seja votado antes da proposta de **reforma tributária** -que está em discussão na Casa e também é uma das prioridades do governo Lula.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/cotados-para-relatar-arcabouco-fiscal-na-camara-preveem-votacao-para-maio.shtml>

Tributação de fundos exclusivos deve ficar para segundo semestre

Por Julia Duailibi

O Ministério da Fazenda deve anunciar nesta semana uma série de medidas para aumentar a arrecadação em R\$ 107 bilhões e viabilizar assim o arcabouço fiscal. A tributação de fundos exclusivos - uma das medidas analisadas para aumentar a receita - deve ficar, no entanto, para o segundo semestre, na discussão sobre a reforma tributária do imposto de renda.

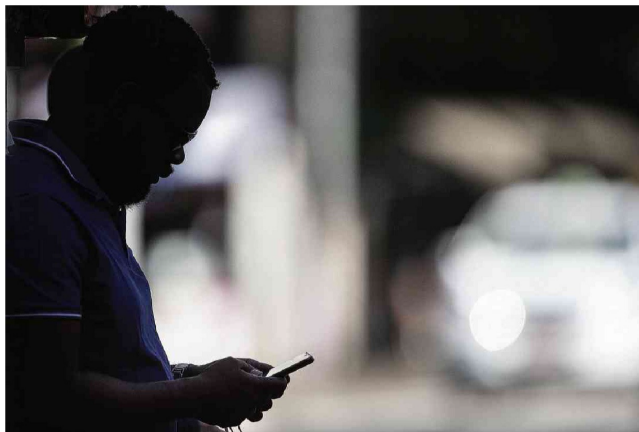
Fundos exclusivos são aqueles formados por grandes investidores. A ideia seria tributá-los com uma periodicidade e não só no resgate. A proposta começou a ser discutida durante o governo Temer, chegou a ir para o Congresso, mas não avançou. O governo estima que seriam arrecadados cerca de R\$ 10 bilhões com a tributação.

Os primeiros anúncios, que devem acontecer só depois da reunião da Junta de Execução Orçamentária, na quarta-feira, já teriam o impacto de R\$ 107 bilhões, valor necessário para zerar o déficit em 2024.

Entre as medidas que devem ser anunciadas estão:

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2023/04/03/tributacao-de-fundos.ghtml>

Queda de braço entre Globo, Meta e Google é entrave para lei da internet



Pedestre usa o celular na avenida Paulista, em SP; governo enviou a relator projeto para regular internet. Foto: G. M. / 11 Jul 2022 / Folhapress

Patrícia Campos Mello são paulo

Uma queda de braço entre Globo, Google e Meta sobre o financiamento do jornalismo é o principal entrave para o projeto de lei 2630, conhecido como PL das Fake News, uma prioridade do governo Lula.

O Executivo enviou na última quinta-feira (30) ao relator do PL, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), uma proposta de substitutivo que flexibiliza o Marco Civil da Internet ao prever punição das plataformas por conteúdo antidemocrático.

Apesar de a punição das big techs ser o tema mais espinhoso da lei, a remuneração de conteúdos jornalísticos pelas plataformas é o que gera mais divisão.

A Globo e os grandes veículos de mídia defendem um modelo semelhante ao implementado na Austrália em 2021, de negociação direta com plataformas por pagamento de conteúdo.

A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a Ajour (Associação de Jornalismo Digital), que reúne veículos independentes e checadores, propõem um fundo de incentivo ao jornalismo a partir da taxaço das big techs.

O texto do Executivo estabelece pagamento de direitos autorais a conteúdo jornalístico ao lado de música, vídeos e outros. E as big techs acham que o "fundo" é a solução "menos pior".

O financiamento ao jornalismo é prioridade da Globo,

que pressionou para que o tema fosse incluído na legislação.

O News Media Bargaining Code australiano determina que veículos negociem de forma individual ou coletiva com as plataformas o pagamento pelo conteúdo jornalístico. Caso não cheguem a um acordo, está prevista a arbitragem.

A premissa é que as plataformas de internet lucram indevidamente com conteúdo jornalístico e deveriam pagar por isso. O pano de fundo é a crise do modelo de negócios da mídia tradicional. A ascensão da internet sufocou financeiramente os veículos, porque as plataformas ficam com a maior parte da receita com anúncios online.

Plataformas se opõem ao código de barganha. Quando foi adotado na Austrália, em 2021, o Facebook chegou a bloquear o compartilhamento de notícias na plataforma por uma semana. O Google tinha ameaçado acabar com o mecanismo de busca no país.

Fenaj e Ajour são contra essa negociação direta, que favoreceria veículos maiores, como a Globo, que têm mais poder de fogo.

"Vimos o que aconteceu na Austrália e na França, com o bargaining code: isso gerou acordos milionários com grandes grupos de mídia, e grupos menores, especializados ou locais ficaram de fora ou receberam um trocadinho ali", diz Natália Viana, presidente da Ajour.

"Ninguém sabe quanto foi pago, porque tem acordos de confidencialidade e ninguém sabe se o valor está sendo usado para pagar os jornalistas. E se toda a grana está indo para os CEOs?". De fato, na Austrália, o maior beneficiário foi a gigante News Corp, do bilionário Rupert Murdoch, que fechou um acordo de três anos estimado em US\$ 150 milhões.

Mas Rod Sims, ex-presidente da Comissão de Consumo e Concorrência da Austrália, publicou relatório mostrando que quase todos os veículos de mídia habilitados da Austrália fecharam acordos com o Facebook e o Google, inclusive os menores, com publicações que empregam 85% dos jornalistas australianos.

Segundo ele, a Country Press Australia, que reúne 160 publicações pequenas e regionais, recebeu um dos maiores valores por jornalista empregado. Ele calculou que o código gerou cerca de US\$ 200 milhões por ano de pagamento das plataformas às publicações.

O Canadá debate uma lei semelhante no parlamento.

No Brasil, Fenaj e Ajor defendem um fundo para financiamento do jornalismo a partir da taxação das big techs, embora as duas divirjam nos detalhes.

A Fenaj preparou dois anteprojetos de lei propondo um fundo inspirado no Fundo Setorial do Audiovisual, com gestão multissetorial e políticas para beneficiar mídias de minorias, desertos de notícias, jornalismo inclusive, educação midiática, jornalistas negros, quilombolas, indígenas, mulheres e LGBTQIA+.

"O artigo 38 [negociação direta] transfere o poder dos gigantes digitais para os gigantes da radiodifusão, e não beneficia os jornalistas nem os pequenos veículos", diz Samira de Castro, presidente da Fenaj.

O fundo conquistaria votos da ala mais à esquerda na Câmara, mas, segundo lideranças, dificilmente conseguiria o apoio suficiente.

Natália Viana, presidente da Ajor, diz que os fundos para apoio ao jornalismo têm sido criados em países como Áustria, Itália, Holanda, Noruega e Canadá e são parte de uma política pública que procura fomentar o jornalismo em busca de novas fontes, formatos e projetos de sustentabilidade.

Na visão das plataformas, o fundo seria a solução menos pior, porque ofereceria maior previsibilidade de quanto terão de pagar. Mas também porque os valores provavelmente seriam menores.

Enquanto Fenaj e Ajor defendem que os **impostos** sobre as big techs seriam sobre a receita, algumas plataformas querem que a taxação seja só sobre o faturamento dos anúncios em conteúdo jornalístico-que representam a minoria.

No caso das mídias menores, incluindo agências de checagem, há mais um fator -muitas delas dependem do financiamento do Google e Facebook e temem perder parte desses recursos caso seja aprovada a negociação direta ou o pagamento de direitos autorais.

As associações de jornalismo também são financiadas, majoritariamente, pelas big techs -70% do financiamento da Ajor vêm do Google, Meta e TikTok, e 80% dos recursos da Abraji.

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) e a Globo se opõem à criação de um fundo para remunerar o jornalismo.

Para a ANJ, é temerário. "E se assume um governo autocrático? Mesmo com gestão multissetorial, é ingenuidade achar que esse fundo não seria instrumentalizado para fins ideológicos pelos governos", diz Marcelo Rech, presidente -executivo da entidade.

"E o governo sempre pode contingenciar os recursos dos fundos." Além disso, um fundo provavelmente renderia um volume menor de recursos para os grandes veículos. Representantes da grande mídia acreditam que poderia ser criado um fundo para fazer políticas públicas específicas, mas isso não substituiria a remuneração por conteúdo.

Sob pressão do Ministério da Cultura e de entidades que representam artistas, a proposta do governo federal prevê pagamento de direitos autorais de forma geral, mas foi rejeitada por todos os setores e não tem apoio das lideranças na Câmara.

Seria algo na linha do que fez a Europa com a diretiva de direitos autorais digitais em 2021, que prevê as plataformas pagando por direitos autorais aos jornalistas autores e veículos em negociação coletiva. A crítica é que o modelo beneficia os grandes veículos, mas não os jornalistas e as mídias menores.

"Copyright abre uma discussão gigantesca que não leva a lugar nenhum, beneficia quem quer procrastinar", diz Rech, da ANJ.

Mídias menores e parte da sociedade civil apontam que os dois modelos, copyright e negociação direta, privilegiam conteúdo que gera cliques e engajamento.

"Isso pode incentivar jornalismo de celebridades, caça cliques, e não jornalismo de interesse público, investigativo, com pluralismo", afirma Francisco Brito Cruz, diretor-executivo do Internet Lab, que defende um fundo. "E, de fato, se a torneira das plataformas fechar, vários veículos pequenos vão ficar na chuva." Procurada, a Meta (dona do Facebook) indicou que a visão global da empresa sobre financiamento do jornalismo está em documento de título: "Novo estudo mostra que a indústria de notícias colhe vantagens econômicas consideráveis do Facebook".

Em meio à disputa, ganha força a ideia de pôr na lei uma proposta genérica, de que o conteúdo jornalístico deve ser remunerado, e prever regulamentação posterior. Seria uma forma de garantir a aprovação da lei com as mudanças no Marco Civil e na propaganda

online, prioridades da Globo e das agências de publicidade.

A Ajor também acha que a prioridade é incluir no projeto a remuneração.

"O fundamental, agora, é que se consolide na lei a obrigatoriedade de pagamento das plataformas ao jornalismo", diz Viana.

As plataformas, no entanto, enxergam aí uma "pegadinha" -na regulamentação, por decreto, poderiam surgir vários "jabutis", como são conhecidos os temas não relacionados ao projeto original

"E se assume um governo autocrático? Mesmo com gestão multissetorial, é ingenuidade achar que esse fundo [para o jornalismo] não seria instrumentalizado para fins ideológicos pelos governos" Marcelo Rech presidente-executivo da ANJ

Entenda o que está em jogo

Qual o debate sobre a regulação das redes sociais?

Sob o impacto dos atos de 8 de janeiro, o governo Lula elaborou proposta que obriga redes a remover conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático, com incitação a golpe, e prevê multa em caso de descumprimento generalizado

O que é o Marco Civil da Internet?

Lei com direitos e deveres para o uso da internet no país. O artigo 19 isenta as plataformas de responsabilidade por danos gerados pelo conteúdo de terceiros. Só estão sujeitas a pagar indenização se não atenderem ordem judicial. A constitucionalidade do artigo 19 é questionada no STF

A proposta do governo impacta o Marco Civil?

O entendimento é que o projeto a ser incluído no PL abre mais uma exceção no Marco Civil. Hoje, as empresas são obrigadas a remover imagens de nudez não consentidas mesmo antes de ordem judicial e violações de direitos autorais. O governo quer que conteúdo golpista também se torne uma exceção à imunidade dada pela lei. Empresas não seriam punidas caso um ou outro conteúdo violador fosse encontrado, só se houver descumprimento generalizado

COMO É OUTROS PAÍSES

EUA

A legislação imuniza as plataformas por conteúdos de

terceiros e não responsabiliza as empresas caso o conteúdo seja removido em boa fé. Projetos e ações na Justiça discutem ampliar a responsabilidade das plataformas

União Europeia

Diretiva prevê que redes só podem ser responsabilizadas se não agirem após denúncia. A lei de serviços digitais, vigente a partir deste mês, mantém essa imunidade, mas estabelece obrigações às plataformas, como relatórios de transparência, e demonstração de conteúdos removidos

Reino Unido

Empresas não podem ser punidas por danos causados por conteúdo de terceiros.

Uma proposta estatui que as plataformas deverão garantir aplicação de seus próprios termos de uso, e o direito dos usuários de recorrer das decisões de moderação

ONDE ENTRA O FINANCIAMENTO AO JORNALISMO?

O PL previa negociação direta dos veículos com as big techs para remuneração de conteúdo jornalístico, em mecanismo semelhante ao implementado na Austrália em 2021. A medida é defendida pela Globo e grandes empresas de mídia. Mas a proposta do Executivo estipula que o conteúdo jornalístico entraria em um esquema de pagamento de direitos autorais como músicas, vídeos e filmes. A Fenaj e os veículos menores de mídia rejeitam as duas ideias e propõem a criação de um fundo, a partir de taxação das big techs, para incentivar principalmente o jornalismo de interesse público, plural, de grupos minoritários. A ideia não é encampada pela grande mídia. As plataformas se opõem à negociação direta e aos direitos autorais, e parte das empresas admite a criação de um fundo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235>

Cresce pessimismo com a economia desde a posse de Lula, aponta Datafolha

Douglas Gavras

O percentual de brasileiros que dizem acreditar em uma piora da situação econômica do país nos próximos meses aumentou em março, aponta a primeira pesquisa Datafolha com o tema feita após o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na rodada anterior, feita em dezembro e logo após a eleição do petista, 20% diziam esperar uma piora da economia brasileira -agora, esse percentual é de 26%, mesmo patamar daqueles que acreditam que não haverá mudança. Entre os que contam com uma melhora, houve uma queda de 49% para 46%.

Foram feitas 2.028 entrevistas nos dias 29 e 30 de março em todo o país, distribuídas em 126 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Sobre a situação do Brasil nos últimos meses, a percepção maior é de continuidade: 41% dizem que está igual (eram 35%), 35% falam em piora (ante 38%), e 23% afirmam que melhorou (eram 26%).

Quando lhes foi perguntado sobre como deve ficar sua situação econômica pessoal, 56% responderam que ela irá melhorar (eram 59% na última pesquisa), 14% disseram acreditar que ela piore (ante 11% de antes) e os mesmos 28% relatam que deverá ficar como está.

Com a expectativa de desemprego, o pessimismo também aumentou em comparação ao Datafolha anterior: agora, 44% falam em aumento do desemprego (eram 36% há três meses), enquanto 29% contam com uma redução (ante 37%).

Os dados recentes do mercado de trabalho ajudam a reforçar essa expectativa. Pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, a taxa de desemprego voltou a crescer no trimestre até fevereiro, para 8,6%, após seis trimestres de queda. O mercado espera que a desocupação siga em alta, com a piora da conjuntura econômica.

Já para o emprego formal, considerando janeiro e fevereiro, foram abertas 326.356 vagas, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho. É o

resultado mais baixo para os dois primeiros meses do ano desde a reformulação do cadastro, em 2020.

Entrando em seu quarto mês, o governo tem dedicado sua agenda econômica e social a reconstruir programas que marcaram suas gestões passadas, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, e a apresentar o novo arcabouço fiscal (que irá substituir o teto de gastos).

Só que além da oposição política no Congresso e fora dele, com o retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao país, o governo enfrenta uma situação econômica mais adversa do que a dos primeiros mandatos de Lula.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa equacionar as incertezas rondando a economia mundial, com a Guerra da Ucrânia e uma menor perspectiva de crescimento chinês, além de **inflação** e juros elevados ao redor do mundo e um cenário de preços de commodities bem diferente do ciclo de crescimento vivido por Lula lá atrás.

Internamente, o governo também precisou lidar com o desgaste da volta da tributação federal sobre combustíveis -que haviam sido desonerados por Bolsonaro às vésperas das eleições de 2022-, anúncios de férias coletivas de montadoras e uma disputa com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pela queda dos juros.

"Lula 3 começa com um ciclo de crescimento da economia lá embaixo. O lado bom é que daqui para a frente vai voltar a crescer, principalmente se o Banco Central cortar os juros e o pacote fiscal tiver credibilidade. O Brasil pode voltar a crescer, de 2024 a 2026, em um ritmo acima de 3%. Mas Lula precisa ter paciência", avalia Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-diretor do Banco Central.

"As pessoas estão pessimistas porque a situação da economia é objetivamente ruim e não estão percebendo economia. Houve um aumento inegável dos combustíveis, e o alívio do corte do ano passado foi perdido com a volta dos **impostos**", diz José Luis Oreiro, professor da UnB (Universidade de Brasília).

Quando olham para o bolso, 54% dos brasileiros têm expectativas de ver um aumento da **inflação** (15

pontos percentuais a mais que em dezembro), 20% acham que ela irá diminuir e 24% não contam com uma mudança, ainda segundo o Datafolha.

Para o poder de compra das famílias, as expectativas são mais equilibradas: 33% dizem que deve aumentar, 31% falam em redução e 34% não esperam mudança.

Segundo Oreiro, há sinais de enfraquecimento da **inflação** de alimentos que podem trazer alívio para os brasileiros, e o governo também deve desenhar uma política nova para os combustíveis. Mas os desafios de Lula na economia ainda são grandes.

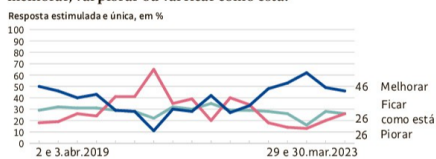
"Nesses três meses foi preciso reconstruir uma série de políticas que foram destruídas por Bolsonaro e é preciso bolar uma política de crédito e tirar milhões do endividamento."

Site:

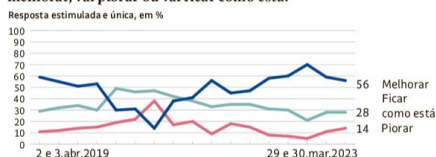
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235&maxTouch=0&_ga=2.220540634.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Expectativa com a situação econômica do país piora

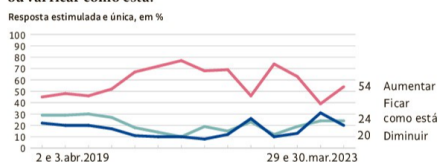
Nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?



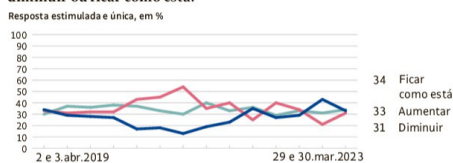
Nos próximos meses, a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?



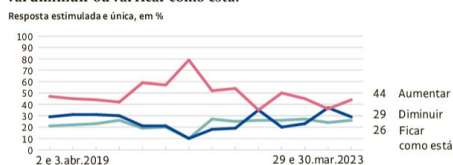
Daqui pra frente a inflação vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?



E o poder de compra dos salários vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

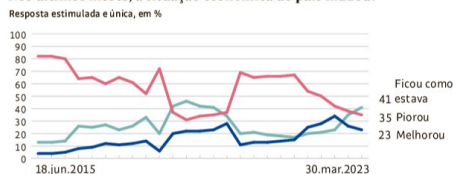


Daqui pra frente o desemprego vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

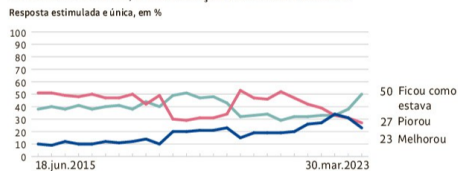


Avaliação da situação econômica do país e pessoal fica estável

Nos últimos meses, a situação econômica do país mudou?



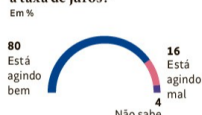
Nos últimos meses, a sua situação econômica mudou?



A atual taxa de juros no Brasil, definida pelo Banco Central, é:



O presidente Lula tem agido bem ou mal ao pressionar o Banco Central para diminuir a taxa de juros?



Fonte: Pesquisa Datafolha nos dias 29 e 30 de março de 2023. Foram realizadas 2.028 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 126 municípios. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

Com Selic nas alturas, empresas da Bolsa amargam prejuízo em 2022

LUÍZA LANZA

O fim da temporada de balanços financeiros referentes ao quarto trimestre do ano passado mostrou que o lucro das empresas de capital aberto listadas na B3 derreteu em 2022.

Um levantamento feito pelo TradeMap para o E-Investidor mostra que o lucro líquido de 295 companhias caiu mais de 17% na comparação com 2021, enquanto as despesas financeiras saltaram quase 50%.

O culpado é a taxa de juros de dois dígitos. Enquanto os juros altos cumprem a sua função na economia de desestimular o consumo e ajudar na queda da **inflação**, as empresas brasileiras pagam o preço.

O levantamento mostra que, ao comparar o balanço geral das companhias não financeiras listadas na B3, com exceção de Petrobras, Vale, Braskem, CSN e Suzano, as despesas saltaram 48% de 2021 para 2022. Por sua vez, o lucro líquido em 12 meses caiu 17,8% no comparativo anual.

Paulo Weickert, sócio-fundador e cogestor da Apex Capital, explica que muitas das empresas da Bolsa aproveitaram o momento da Selic a 2% em 2021 para se capitalizar, adquirindo dívidas com base no CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

O problema foi que, com a escalada da taxa de juros, as dívidas pulsaram.

O levantamento soma os balanços referentes a 2021 e 2022 das empresas listadas na B3. O recorte deixa de fora bancos e seguradoras, e as gigantes Petrobras, Vale, Braskem, CSN e Suzano. Se essas 5 empresas fossem consideradas, o lucro líquido em 2022 ante 2021 subiria 2,6%. Uma alta pequena, mas relevante em comparação à redução de 17,8% no balanço que não as inclui. "Neste caso, poderíamos dizer que as empresas não financeiras da Bolsa tiveram crescimento de lucro em 2022. Não está errado, mas seria um desvio", diz Einar Rivero, head comercial do TradeMap.

Analisando apenas as 295 empresas incluídas no levantamento, outros dados chamam a atenção - e confirmam a deterioração dos resultados das

companhias da B3 em 2022.

Enquanto as vendas aumentaram 19,1%, o custo de produtos vendidos cresceu 21,7%. Isso fez com que o lucro bruto subisse apenas 11%, um percentual menor do que o do aumento das vendas. Olhando para o lucro Ebit, métrica que mostra o nível de lucratividade de uma empresa antes de despesas com **impostos** e juros, o avanço é de 0,01%.

E é aí que a taxa Selic nas alturas começa a pesar. Se, antes de **impostos** e juros, o lucro das empresas já estava no zero a zero em comparação a 2021, quando as despesas financeiras entram na conta com um salto anual de 48%, o lucro líquido se torna um prejuízo.

"Houve um crescimento muito forte na despesa financeira de 21 para 22, que inclui indiretamente a Selic, que fez com que as empresas com dívidas em real tivessem de pagar juros maiores, penalizando o resultado final", explica Rivero.

Com os juros da dívida maiores, o caixa das empresas diminuiu, a margem foi reduzida e a remuneração de dividendos também. O ROE, indicador que mostra quanto lucro é gerado em relação ao capital investido, caiu 5,3% e terminou 2022 em 12,83% - um sinal de que as companhias brasileiras estão tendo rentabilidade abaixo do próprio CDI.

O levantamento traz ainda uma análise dos lucros líquidos consolidados por setores.

Energia elétrica, alimentos processados, siderurgia e metalurgia, telecomunicações, mineração e agropecuária foram os que tiveram a maior variação negativa, em reais, no período. Setores que têm um Capex - a necessidade de investimento para modernização ou expansão da empresa - elevado ou margens mais apertadas por causa das características de seus negócios.

"São os dois tipos de setores que apanham mais com os juros altos", afirma Felipe Cima, operador de renda variável da Manchester Investimentos.

"O setor de energia, por exemplo, tem a necessidade de um Capex de manutenção elevado para não perder eficiência. Já os frigoríficos costumam ter margem

mais apertada, já que algumas coisas não tem a ver com o juros, mas com o ciclo bovino", explica.

INVESTIMENTOS.

Com os juros ainda elevados, é cedo para cravar se o investidor deve se preocupar com mais um ano de prejuízos nos resultados das empresas.

O arcabouço fiscal apresentado na última quinta-feira, agradou o mercado. O novo pacote é importante porque pode abrir espaço para que o Banco Central inicie os cortes na Selic no segundo semestre do ano. Um cenário que já é precificado por muitas casas.

No entanto, como as decisões de políticas monetárias levam tempo para produzirem efeitos na economia, pode ser que o alívio para as empresas demore a ser sentido.

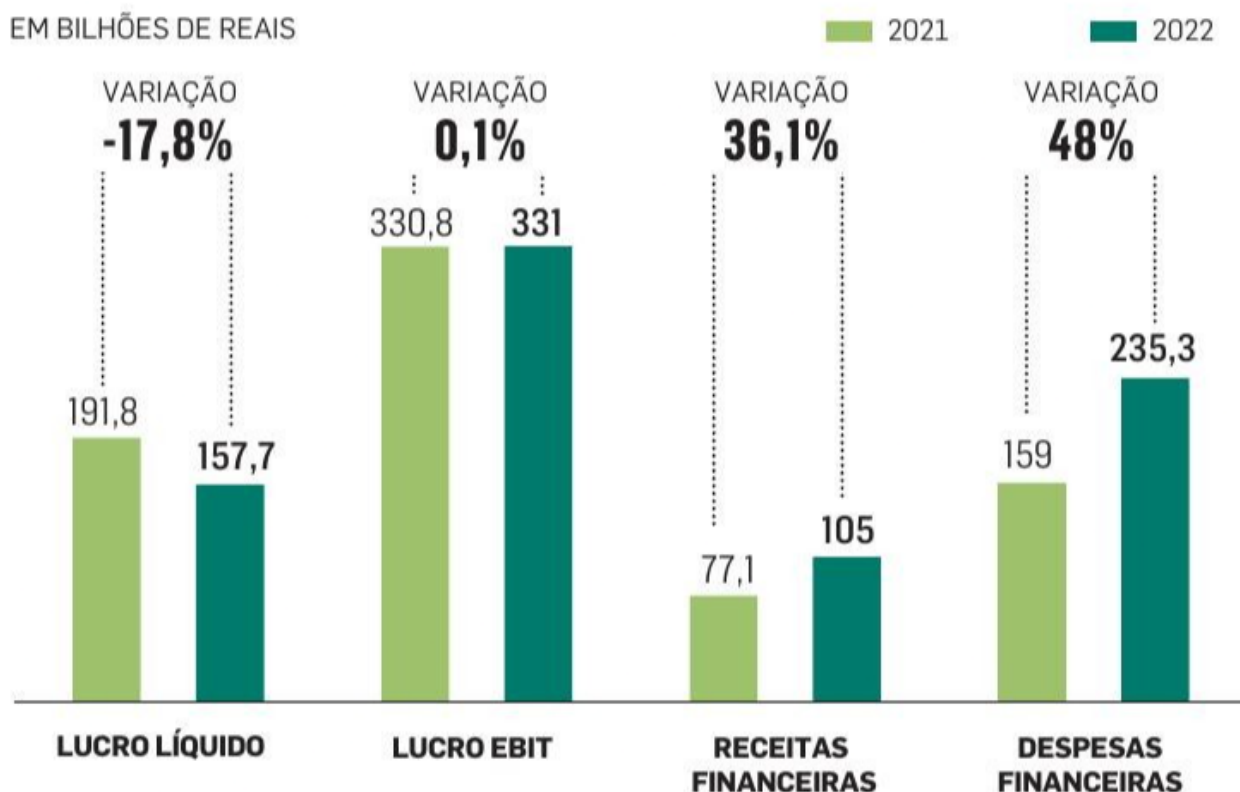
Com essa perspectiva no radar, a orientação é evitar setores dependentes do ciclo de juros e olhar para empresas geradoras de caixa e com baixo nível de endividamento - características que podem "blindar" os resultados no caso de um 2023 ainda negativo para as companhias da Bolsa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EMPRESAS DA B3 REPORTAM PREJUÍZO EM 2022

Levantamento feito com os resultados de 295 companhias*

EM BILHÕES DE REAIS



*SEM INCLUIR OS RESULTADOS DAS FINANCEIRAS, ALÉM DE PETROBRAS, VALE, BRASKEM, CSN E SUZANO

FONTE: EINAR RIVERO, DO TRADEMAP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mal-estar econômico (Editorial)

Não é confortável a situação da economia percebida pelos brasileiros. A tendência de melhora das avaliações no ano passado deu lugar a uma constatação mais forte de estagnação nos últimos meses. Mais grave, há clara deterioração das expectativas para a evolução do emprego, dos salários e da inflação.

Em linhas gerais, essa é a percepção captada pela pesquisa mais recente do Datafolha, que colhe os primeiros impactos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Somente 23% acham que a situação do país progrediu nos últimos meses, ante 34% no final de outubro, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial. Os que acreditam em piora também caíram, de 42% para 35%, mas o movimento mais notável se deu entre aqueles que não veem mudança, que saltaram de 23% para 41%.

Quanto ao futuro, o aumento do pessimismo é inequívoco. Em outubro, apenas 13% dos brasileiros aptos a votar consideravam que a economia do país iria piorar. O percentual subiu a 20% em dezembro e atingiu 26% agora. Já os que esperam melhora caíram de 62% para 49% em dezembro e 46% em março.

Em aspectos mais específicos, desde dezembro ampliou-se a parcela dos entrevistados que preveem mais inflação (de 39% para 54%), mais desemprego (de 36% para 44%) e perda do poder de compra dos salários (21% para 31%).

Tais projeções têm amparo na realidade. Depois de uma expansão surpreendente no primeiro semestre do ano passado, a atividade econômica se encontra em desaceleração, o que já afeta o mercado de trabalho. Já a alta de preços tem se mostrado resistente.

Ao mesmo tempo, Lula tem feito má gestão das expectativas desde a vitória nas urnas, com ataques ao Banco Central, críticas às metas de inflação e declarações contra a austeridade orçamentária.

O Datafolha ajuda a entender a insistência do mandatário na ofensiva contra os juros -que tem o apoio de esmagadores 80%, enquanto 71% consideram que as taxas estão acima do adequado.

É compreensível o anseio geral por juros mais baixos. Entretanto as pressões públicas de Lula sobre o BC, somadas às intenções gastadoras do governo,

acabam por dificultar a queda da inflação esperada e, assim, da taxa Selic.

A administração petista não contará com nenhuma bonança imediata na economia. Diante de um quadro político também pouco amigável, é natural que a popularidade do atual presidente se compare aos níveis modestos obtidos por Jair Bolsonaro (PL) no mesmo período de mandato.

Cumprir tomar agora as decisões difíceis que poderão permitir uma melhora mais duradoura do cenário nos próximos anos.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235>

80% dos brasileiros acham que presidente age bem ao pressionar pela queda dos juros

Douglas Gavras

"Quero saber de que serviu a independência do Banco Central", "é só ler a carta do Copom para a gente ver que é uma vergonha esse aumento de juros", "precisa cuidar da política monetária, mas precisa cuidar também do emprego, da inflação e da renda do povo."

Nos primeiros meses de seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) tem feito duras críticas, como essas, ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75% ao ano.

O Copom mantém a Selic no autal patamar desde setembro de 2022, quando interrompeu um ciclo de 12 altas consecutivas.

Sob o argumento de controlar a inflação e trazê-la para a meta, Campos Neto tem dito que as decisões do BC são técnicas e baseadas nas expectativas de inflação futura.

Em entrevistas e discursos desde que tomou posse, Lula tem rebatido a autoridade monetária, autônoma desde 2021, apontando que os juros no Brasil não conseguem atacar uma inflação que não é ocasionada pelo aumento de demanda e ainda freiam o crescimento econômico.

Nesse cenário, o Datafolha perguntou aos brasileiros, nos dias 29 e 30 de março, como eles avaliam o patamar atual da Selic.

Os questionamentos do presidente parecem encontrar eco na população. Para 71% dos entrevistados, a taxa de juros está mais alta do que deveria. Entre os que pensam assim, 55% dizem que ela muito mais alta do que deveria, e apenas 16% consideram que está um pouco mais alta.

Mesmo entre os eleitores do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que indicou Campos Neto para o BC, a percepção de que os juros estão mais altos do que o recomendado é de 77%. Entre as regiões do país, essa opinião só fica abaixo dos 70% no Nordeste (67%).

Já 17% dos brasileiros dizem crer que os juros básicos estão em um patamar adequado, somente 5%

responderam que ela está mais baixa do que deveria, e 6% não souberam responder.

Especificamente sobre a pressão feita por Lula pela redução dos juros, a pesquisa também apontou que 80% dos entrevistados dizem considerar que o presidente está agindo bem. Para 16%, o mandatário age mal, e 5% não souberam responder.

O apoio ao presidente Lula nesse tópico é maior entre os brasileiros que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.604), faixa em que 85% dizem concordar com o petista.

Também é assim entre aqueles com até o ensino fundamental (84%), os desempregados e que estão sem procurar emprego (91%) e os que se declaram pretos (84%).

Entre os que têm ensino superior, 24% afirmam que Lula age mal ao pressionar o BC; entre os empresários, 28%; entre os que se declaram brancos, 19%.

"Dizer que a taxa de juros deveria estar em 26,5% para cumprir a meta de inflação, como fez o presidente do BC, mostra o tamanho da besteira que eles fizeram lá atrás", diz Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-diretor do Banco Central.

Para Clemente Ganz Lúcio, sociólogo e coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, a discussão sobre os rumos da economia refletem as diferenças entre o Brasil que Lula encontrou ao tomar posse em 2003 e agora, em 2023.

"Há uma pressão inflacionária, mas estamos com uma política monetária alucinada do ponto de vista do crescimento. A sociedade espera respostas imediatas do governo, e, claramente, o BC tem uma resposta diferente. Como resultado, o país está com um freio na economia como nenhum outro."

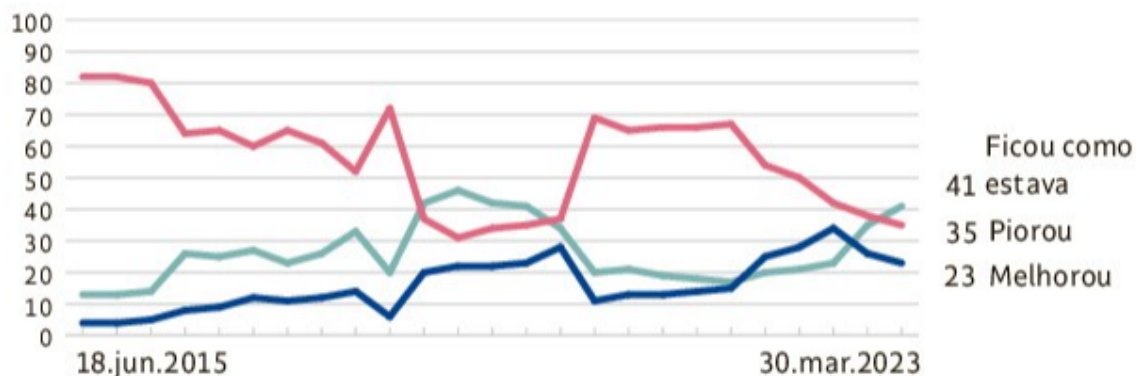
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235&maxTouch=0&_ga=2.220540634.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Avaliação da situação econômica do país e pessoal fica estável

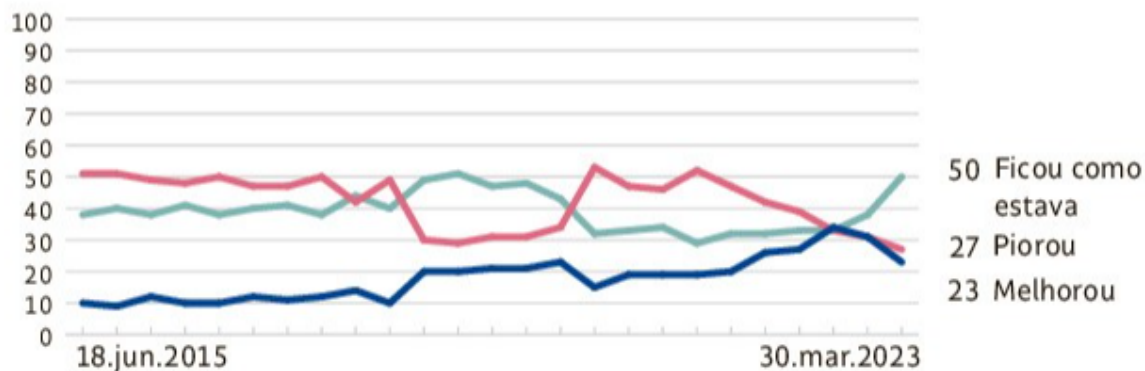
Nos últimos meses, a situação econômica do país mudou?

Resposta estimulada e única, em %



Nos últimos meses, a sua situação econômica mudou?

Resposta estimulada e única, em %



A atual taxa de juros no Brasil, definida pelo Banco Central, é:

Em %



O presidente Lula tem agido bem ou mal ao pressionar o Banco Central para diminuir a taxa de juros?

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha nos dias 29 e 30 de março de 2023. Foram realizadas 2.028 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 126 municípios. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Petróleo sobe 8% após países anunciarem corte de 1 milhão de barris ao dia

A Arábia Saudita e outros membros do grupo Opep+ anunciaram de surpresa neste domingo (2) cortes na produção de petróleo, num total de mais de 1 milhão de barris por dia.

Em consequência da decisão, os preços da matéria-prima dispararam nos mercados da Ásia, na manhã desta segunda-feira (3). O Brent era negociado a US\$ 86, e o WTI, a US\$ 81, valorizações superiores a 8%.

Riad implementará um "corte voluntário" de 500 mil barris diários, ou pouco menos de 5% de sua produção, em "coordenação com alguns outros países da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] e não Opep", disse o país neste domingo.

A Rússia, membro da Opep+, afirmou que estenderá seu atual corte de produção de 500 mil barris/dia até o fim do ano. A redução de Moscou foi anunciada pela primeira vez em março, em retaliação contra as medidas dos países ocidentais de impor um teto de preço às exportações marítimas de petróleo russo, em razão da Guerra da Ucrânia.

A iniciativa liderada pela Arábia Saudita é incomum, pois foi anunciada fora de uma reunião formal da Opep+.

Os cortes seguem uma forte queda nos preços do petróleo no mês passado, após o colapso do SVB (Silicon Valley Bank), nos EUA, e a aquisição forçada do Credit Suisse pelo UBS, que provocou temores de contágio nos mercados financeiros globais e uma queda significativa na demanda por petróleo.

"A Opep+ fez um corte preventivo para se antecipar a qualquer possível fraqueza da demanda causada pela crise bancária que surgiu", disse Amrita Sen, diretora de pesquisa da Energy Aspects.

Os cortes de surpresa correm o risco de reacender as disputas entre Riad e Washington, que, no ano passado, pressionou o reino a bombear mais petróleo para tentar domar a **inflação** desenfreada em meio ao aumento dos custos de energia.

Em outubro, a Casa Branca acusou a Arábia Saudita de efetivamente se aliar à Rússia, apesar da invasão da Ucrânia por Moscou e sua tentativa de criar uma crise energética cortando o fornecimento de gás para

a Europa, quando a Opep+ anunciou pela última vez um corte formal de produção de 2 milhões de barris/dia.

Pessoas familiarizadas com o pensamento da Arábia Saudita dizem que Riad ficou irritada na semana passada porque o governo Biden descartou publicamente novas compras de petróleo para reabastecer o estoque estratégico que foi esgotado no ano passado, quando a Casa Branca se esforçava para conter a **inflação**.

A declaração da secretária de Energia, Jennifer Granholm, de que poderá levar "anos" para reabastecer a reserva fez os preços do petróleo caírem brevemente. A Casa Branca já havia oferecido garantias à Arábia Saudita de que interviria para fazer compras para sua reserva estratégica se os preços recuassem.

"Não achamos que cortes sejam aconselháveis neste momento, devido à incerteza do mercado -e deixamos isso claro", disse um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional neste domingo.

"[Mas] continuaremos a trabalhar com todos os produtores para garantir que os mercados de energia apoiem o crescimento econômico e reduzam os preços para os consumidores americanos."

Helima Croft, chefe de estratégia de commodities da RBC Capital Markets, disse que a Arábia Saudita está adotando uma estratégia econômica independente dos EUA, após uma deterioração nas relações entre Riad e Washington durante o governo Biden.

"É uma política saudita em primeiro lugar. Eles estão fazendo novos amigos, como vimos com a China", disse Croft, referindo-se a um recente acordo diplomático mediado por Pequim entre a Arábia Saudita e o Irã. O reino estava enviando uma mensagem aos EUA de que "o mundo não é mais unipolar".

Os cortes voluntários dos membros da Opep+ começarão em maio e durarão até o fim de 2023, disse o **comunicado** saudita.

O Iraque reduzirá a produção de petróleo em 211 mil barris diários, os Emirados Árabes Unidos, em 144 mil,

o Kuwait, em 128 mil, o Cazaquistão, em 78 mil, a Argélia, em 48 mil, e Omã, em 40 mil, conforme declarações dos respectivos governos.

O Brent, a referência do petróleo bruto, caiu para perto de US\$ 70 o barril no fim do mês passado, mas se estabilizou na semana passada e se recuperou para pouco menos de US\$ 80. O Brent foi negociado em uma faixa relativamente estreita entre US\$ 75 e US\$ 90 o barril durante grande parte dos últimos seis meses.

Apesar da queda de preços em março, muitos traders previam cotações mais altas no fim deste ano, quando a oferta deve ficar aquém da demanda, à medida que a economia da China abolir totalmente as restrições relacionadas à Covid.

O ministro da Energia saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman, meio-irmão do primeiro-ministro e príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, argumentou que o mundo está investindo pouco nos suprimentos de petróleo. O reino depende das receitas do petróleo para financiar o ambicioso programa de reforma econômica do príncipe Mohammed.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235&maxTouch=0&_ga=2.220540634.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Regras fiscais: sinalização é positiva, mas restam dúvidas (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

As linhas gerais da proposta para o novo arcabouço fiscal são razoáveis, embora seja possível listar pontos positivos e negativos.

Além disso, como o diabo mora nos detalhes, a avaliação mais criteriosa das novas regras só pode ser feita depois da divulgação do texto do projeto de lei complementar que deve ser encaminhado ao Congresso daqui a uma ou duas semanas.

O primeiro ponto positivo é que as metas de resultados primários anunciadas para os quatro anos do atual governo podem ser consideradas ousadas, dado que são bem melhores do que as previstas atualmente pelo mercado financeiro. De acordo com o Relatório Focus, pesquisa realizada pelo Banco Central, as projeções medianas dos analistas em 24/3 eram de déficits primários (como proporção do **PIB**) de 1,02%, 0,8%, 0,5% e 0,27% para os exercícios de 2023, 2024, 2025 e 2026, respectivamente. A meta do governo é de zerar o déficit em 2024 e de gerar superávit primário de 0,5% do **PIB**, em 2025, e de 1%, em 2026.

As estimativas do superávit primário necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao **PIB** variam muito entre os analistas, pois dependem de várias hipóteses com certa arbitrariedade, desde a métrica de dívida utilizada até a projeção de variáveis como a taxa real de crescimento do **PIB**, a diferença entre o deflator do **PIB** e a **inflação** (IPCA) e a taxa real de juros de equilíbrio, entre outras.

Em meu cenário básico seria necessário gerar superávit primário da ordem de 1% a 1,5% do **PIB**, ou seja, a meta para 2026 está no limite inferior desse intervalo.

Outro ponto positivo é a combinação de metas de superávit primário com limites de despesas, dentro de intervalos, o que dá mais flexibilidade e previsibilidade para as regras fiscais. Metas muito ousadas, excessivamente rígidas e politicamente inviáveis, não são sustentáveis e acabam sendo alteradas ou excepcionalizadas, como ocorreu com o teto de

gastos, o que destrói a sua credibilidade.

Apesar desses méritos, há pontos negativos. Destaco os principais.

O primeiro é que atrelar os limites de despesas às receitas gera o risco de que uma alta atípica da arrecadação provoque aumento de gastos permanentes, difíceis de serem revertidos, apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal dificultar tal prática. Outro ponto é que as novas regras não são anticíclicas, o que reduz a eficácia da política monetária. Há mecanismos de atenuação, mas não de eliminação da procíclicidade.

Além disso, a estabilização e posterior redução da relação dívida pública/**PIB** não é assegurada pelo novo mecanismo.

Finalmente, não foram indicados os instrumentos de aumento de receitas e/ou corte de gastos que serão utilizados para o cumprimento das metas.

Dado que o Brasil precisa de um ajuste fiscal expressivo, de cerca de 2,5% do **PIB**, esse é o maior ponto de incerteza do novo arcabouço.

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A ajuda do Banco Central ao Brasil - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Na próxima coluna vou analisar o arcabouço fiscal proposto pelo governo.

Até lá já teremos às primeiras reações do Congresso e uma visão do que deve de fato ser aprovado.

**** Eu sempre digo que as políticas monetária e fiscal têm de caminhar na mesma direção.

É óbvio: quanto mais o governo gasta, mais o Banco Central precisa elevar juros para conter a inflação; se o governo controla os gastos, a política monetária pode ter juros mais baixos. Infelizmente, no Brasil, há anos elas vão em direções opostas. Na semana passada, após a divulgação da ata da última reunião do Copom, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o BC precisa ajudar o Brasil a crescer com inflação baixa. Para fazer isto, porém, o BC precisa trabalhar com juros mais altos. Falta a concordância num ponto: como o BC pode ajudar o Brasil baixando a inflação.

O BC deve ser independente de influências políticas para praticar uma política monetária que produza o melhor para o País. Na década de 1970, o presidente do Federal Reserve, Arthur Burns, era submisso ao presidente Richard Nixon e manteve os juros abaixo do necessário.

A inflação disparou e o país mergulhou numa crise.

Foi preciso que o presidente seguinte, Paul Volker, elevasse os juros a estratosféricos 21% ao ano para controlar a inflação.

Depois, os EUA viveram 20 anos de prosperidade.

O BC ajuda o Brasil cumprindo o papel de manter a inflação na meta. De acordo com os dados técnicos, o Copom decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano para trazer a inflação à meta em 2024. Para a tomada de decisão bastam dados técnicos; não importa o falatório da política. Os juros estão altos agora porque foi rompido o teto de gastos, com excesso de despesas públicas.

O BC tem feito sua parte. O governo pode fazer a sua: controlar os gastos e ter compromisso de reduzir a

dívida. O governo tem mais instrumentos para ajudar o Brasil do que o BC, que tem apenas a política monetária. Quando faz política monetária contracionista, o BC protege o País da inflação.

Juros menores e mais inflação para gastar agora não ajudam o Brasil, semeiam uma crise futura.

Isso foi feito no governo Dilma e o País teve a pior recessão da história recente, com queda do PIB de 5,2% entre junho de 2015 e maio de 2016.

O Brasil tem alta demanda por gastos sociais. Para atender a isso, é mais eficaz eleger prioridades, cortar gastos em outras áreas e buscar investimentos.

Algumas coisas que parecem novidade no Brasil são mera repetição - e seu resultado é previsível.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia empoçada ofusca retomada das políticas públicas



Lula recebe taça da Copa do Mundo feminina em seu primeiro compromisso público desde a pneumonia

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

Passados quase 100 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está no mesmo lugar em que foi colocado pelo eleitor em 30 de outubro de 2022. Foi isto, pelo menos, que mediu o Datafolha.

A estagnação é, em grande parte, fruto do empoçamento da economia.

No trimestre findo em fevereiro, a taxa de desemprego subiu 0,5 ponto e ficou em 8,6%, a **inflação** projetada para 2023 passou dos 5,8% para 5,9% e a taxa de juro permaneceu nos mesmos 13,75%.

Nesses quase 100 dias, que se completarão no dia 10, Lula relançou, com incrementos em número de beneficiários e em recursos, três programas sociais que, em seu formato original, levaram 10 anos para serem criados: Bolsa Família (2003), Minha Casa Minha Vida (2009) e Mais Médicos (2013). O quadro captado pela pesquisa, porém, mostra que a percepção sobre os 100 dias de Lula está mais alinhada com a estagnação dos indicadores econômicos do que com a ação do governo.

Ainda que os programas tenham avançado para responder muitas das críticas que se lhe fizeram ao longo das duas últimas décadas, as políticas sociais devolveram a Lula o que já era dele. Tanto que não se transformaram em notícia ou, naquilo que o governo tanto busca, em "marca" .

Estudo da Quaest/Genial se debruçou sobre a lembrança espontânea de alguma medida do governo.

No universo de 2,5 mil pessoas 68% não se lembram de nada. No Datafolha, a ação mais citada é a defesa dos indígenas, redenção civilizatória de um Lula falando para os seus.

A determinação do presidente em recuperar as políticas públicas petistas não parece atender só às carências gigantescas da população, mas ao próprio lugar ocupado pelo partido antes de ser apeado do poder.

Pessoas com quem Lula conversou sobre a marca do governo saíram com a impressão de que há resistências a aceitar que o PT e o próprio presidente têm hoje um teto mais baixo e que o alargamento do governo passa por extrapolar tanto o partido como o lulismo.

Até porque não foi o mesmo Lula que voltou ao poder. A agenda de 24 horas que cumpriu em três Estados (Paraíba, Pernambuco e Rio) não lhe custou só o adiamento da viagem à China e uma pneumonia. Deixou claro que a pressa com a qual quer conduzir o governo não são condizentes com seus 77 anos e com as dores nos quadris e no joelho.

Quando Fernando Henrique Cardoso deixou o poder era mais jovem (71) do que Lula ao voltar ao Palácio do Planalto pela terceira vez. Mas sua rotina envolvia cuidados com a saúde mais intensos que aqueles do atual presidente que, além de mais velho, já passou pela retirada de um tumor maligno na laringe.

Um auxiliar de Lula que frequentava os palácios do poder na era FHC lembra do ex-presidente sempre blindado, no seu entorno imediato, das intempéries comezinhos. Com Lula, diz, é diferente. Está sempre no meio do furacão. E resiste a aceitar que lhe tirem dele.

Em 2004 Lula suspendeu o visto do jornalista do "The New York Times", Larry Rother, que publicou reportagem sobre um suposto abuso de bebidas alcoólicas. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estava em trânsito para o exterior. Informado ao desembarcar, pegou um avião de volta e

convenceu o presidente a rever o ato. Não está claro de quem, neste governo, Lula aceitaria um corretivo semelhante.

Há muitas razões para isso. Uma é que Lula age como quem voltou a campo para correros 45 minutos, como prefere dizer "com energia de 30 e tesão de 20". Dificilmente, porém, reproduzirá 2010, quando deixou o governo com históricos 80% de aprovação. Primeiro porque não tem o mesmo magnetismo. Depois porque o populismo produziu um concorrente à direita. Para conquistar parte dos 57 milhões de eleitores de Jair Bolsonaro ministros que atingem os que rejeitam Lula também teriam que "carregar" o governo.

Há pelo menos três grandes áreas em que o governo ainda não conseguiu adentrar: segurança pública, evangélicos e o campo. Se existe estratégia de conquista, ainda não se fez notar. Isso tem um reflexo imediato na dificuldade de ampliar a base. A construção da base parlamentar também passa pela partilha da estratégia para alcançá-los.

A estratégia do governo parece se limitar a emendas e cargos. A das emendas já se esgotou. Depois da delicada costura feita entre o ministro da Justiça, Flavio Dino, e o Supremo para a desidratação do orçamento secreto, o dinheiro saiu das mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e foi para as dos parlamentares.

Este arranjo deu conta da PEC da Transição, mas se esgotou para tocar a agenda do início de governo.

Sobraram os cargos que acossam o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

É nesta margem estreita que tramitará o arcabouço proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e as medidas de incremento de receita que podem deixá-lo em pé. São medidas que passam pela expansão da base de tributação e pela reoneração de setores expressivos da economia, temas que costumam arregimentar lobbies experientes no Congresso. A formação do bloco PSD/MDB/Republicanos, o maior da Câmara, pode ajudar. O restabelecimento das comissões que analisam as medidas provisórias, também.

Oferecem chance para o governo equilibrar, na Câmara, jogo que já lhe é favorável no Senado. Ainda assim, não serão aprovadas da noite para o dia nem seus efeitos arrancarão uma inflexão do juro na velocidade que se almeja para o crescimento.

Uma vez que a opção da política econômica é pelo gradualismo, houve quem sugerisse medidas que

pudessem gerar resultados mais imediatos, como a associação a Estados e municípios para a expansão dos restaurantes populares ou a realização de mutirões de cirurgia que fossem capazes de desafogar as filas agigantadas pela pandemia. Mas o presidente não lhes deu tração.

Como o aumento real do salário mínimo e o reajuste na tabela do Imposto de Renda só virão no 1o de maio, havia a expectativa de que os problemas operacionais do Desenrola poderiam vir a ser solucionados a tempo de compor os 100 dias. É, de longe, um programa de mais impacto para a população do que um pacote de obras, à la PAC. Mas o programa não ficará pronto a tempo.

Ao longo dos 100 dias, ficaram claros os problemas que atingem dois gabinetes palacianos, o da Casa Civil, e o da Secretaria de Comunicação Social. Ministros se queixam de que tudo chega às mãos do ministro Rui Costa, mas nada sai. Colaboradores da campanha são cada vez mais críticos à gestão Paulo Pimenta.

Permanece vaga a Secretaria de Análise e Articulação da Secom, criada para segmentar a comunicação do governo em função dos públicos e meios e para criar vacinas quando o presidente e seus ministros atravessarem a rua para pisar na casca de banana do outro lado, como aconteceu na insinuação de que Sergio Moro "armara" um atentado contra si.

A sorte de Lula é que se o governo ainda busca um rumo, a oposição tampouco encontrou o seu. Bolsonaro voltou ao Brasil acossado pela inelegibilidade e temente do espaço que a ex-primeira-dama Michelle e Moro vêm ganhando. Os processos do 8 de janeiro e o escândalo das joias completam o cerco. A questão agora é se o fôlego advindo dos desastres do bolsonarismo vai durar até os resultados na economia.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1>

100 dias de governo Lula

JANEIRO

01/Jan - No dia da posse, Lula assina 52 decretos e 4 MPs, com a estruturação do governo em 37 ministérios, suspensão de armas e registros de novos CACs, restabelecimento do Fundo Amazônia, extinção da Funasa, revogação do incentivo ao qjupirito legal e dos selilos de Bolsonaro



Divulgação

09/Jan - Cúpula dos Três Poderes se une para repulpar invasão. Com o mesmo propósito, Lula reúne no Palácio do Planalto 23 dos 27 governadores



Agência Brasil/EB

20/Jan - Site Sumaúma denuncia morte de 570 crianças Yanomami em menos de 5 anos de cessadas atividades nos quatro anos do governo Bolsonaro. No dia seguinte, Lula visita terra indígena em Roraima e STF investiga denúncia de genocídio



Comde TV/Imagem360

21/Jan - Em entrevista ao Roda Viva, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, diz que o novo governo não tem compromisso com um único mandato do presidente da República. O ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Anderson Torres, é nomeado para a secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

31/Jan - Morre Edson Arantes do Nascimento, Pelé. Sepultamento atrai 230 mil pessoas, 80 mil a mais que na posse de Lula

8/Jan - Às 13h tem início a marcha da caravana que reúne manifestantes desembarcados em Brasília de 74 ônibus e 4 mil pessoas, acampadas em frente ao Quartel General do Exército que resultou na depredação das sedes dos Três Poderes. AGU calculou em R\$ 20,7 milhões o prejuízo e propôs o bloqueio de bens de 52 pessoas e sete empresas. Balanço do STF indica que, de 1437 presos, 294 pessoas permanecem detidas

11/Jan - Sergio Rial renuncia ao cargo de CEO do grupo Americanas e revela que empresa vinha escondendo dívida equivalente a R\$ 20 bilhões em seu balanço

12/Jan - Fernando Haddad anuncia pacote para zerar déficit de 2,3% do PIB (R\$ 242 bilhões) no orçamento de 2023, para menos de 1%. Entre as seis medidas incluem-se a reestruturação dos combustíveis e a reforma do Carf, instância de resolução de litígios fiscais

17/Jan - Josué Gomes é destituído da presidência da Fiesp e volta dez dias depois de acordo com sindicatos da federação

23/Jan - Lula retoma tradição da política externa e faz de visita à Argentina a primeira de seu mandato

27/Jan - Lula recebe os 27 governadores, que apresentam a ele o que julgam ser as obras prioritárias de cada Estado

30/Jan - Lula recebe o chanceler alemão, Olaf Scholz. Brasil descarta venda de armas para a Alemanha usar na Ucrânia contra a Rússia. Scholz anuncia R\$ 1 bilhão para ações ambientais, sendo R\$ 192 milhões para o Fundo Amazônia

FEVEREIRO

01/fev - Copom mantém taxa básica de juros em 13,75%. Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) são reeleitos para as presidências da Câmara e do Senado

10/fev - Lula é recebido por Joe Biden na Casa Branca. Os dois presidentes alinham pauta ambiental e democrática, mas valor estimado para Fundo Amazônia fica em US\$ 50 milhões



Reuter/Shafer

22/fev - 207 trabalhadores, contratados por empresa que oferecia mão-de-obra para vinícolas, são resgatados em condições análogas à escravidão no Rio Grande do Sul. Governador do Estado, Eduardo Leite (PSDB), se une ao Ministério Público do Trabalho para combater a prática na região

27/fev - MST invade três fazendas da Suzano Papel e Celulose, no Sul da Bahia, cujo dirigente, Walter Schalka, foi um dos primeiros signatários, no meio empresarial, da Carta pela Democracia

2/fev - Petrobras aprova distribuição de R\$ 215 bilhões em dividendos em 2022, 120% do lucro da companhia

14/fev - Lula relança Minha Casa Minha Vida num formato focado no público com renda até R\$ 2,5 mil. Programa se estende para a aquisição de imóvel usado e para famílias em situação de rua. Serão priorizados terrenos em áreas que já disponham de infraestrutura

15/fev - Governo anuncia salário mínimo de R\$ 1212 para R\$ 1320 a partir de 01 de maio, primeiro aumento real, de 9%, em quatro anos

18/fev - Chuvas no Litoral Norte de São Paulo causam a morte de 66 pessoas e levam Lula a São Sebastião (SP) para anunciar ações conjuntas com o governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos)



Agência F. Brasil

28/fev - Acala desoneração dos combustíveis. O litro de gasolina sobe R\$ 0,47 e o do etanol, 0,02. Fernando Haddad anuncia ainda o imposto sobre exportação de petróleo

MARÇO

1/Mar - Folha de S.Paulo mostra que Receita fez oito acessos indevidos a dados sigilosos de contribuintes, entre eles ex-aliados rompidos com o bolsonarismo e autoridades que investigaram a rachadinha da família e o assassinato de Marielle. Lula lança nova versão do Bolsa Família de R\$ 600 com acréscimo de R\$ 150 por criança de até 6 anos e de R\$ 50 por filho entre 7 e 18 anos



Agência Brasil/EB

15/Mar - Papeis do Credit Suisse despencam e levam a um resgate que une o Tesouro suíço e o banco UBS. Operação aumenta desconfiança na concessão de crédito no Brasil. Força Nacional de Segurança é enviada para o Rio Grande do Norte para conter onda de ataques do crime organizado

20/Mar - Mais Médicos é relançado com preferência para médicos brasileiros. Dos atuais 13 mil médicos, programa se estenderá para 28 mil. Permanência de quatro anos terá equivalência a especialização e garantirá desconto de até 60% nas dívidas do Fies

22/Mar - Em entrevista ao portal Brasil247, Lula diz que, quando estava na prisão, chegou a ter vontade de "matar" o ex-juiz Sergio Moro, hoje senador pelo União Brasil do Paraná. PF faz operação para desbaratar tentativa de assassinato de Moro pelo PCC. Copom mantém taxa de juros em 13,75% ao ano

23/Mar - Lula diz que ameaça de assassinato é "armação" de Moro

25/Mar - Lula é diagnosticado com pneumonia e adia viagem à China

3/Mar - Estação revela que o ex-ministro das MME, Bento Albuquerque, tentou entrar no país com conjunto de joias de R\$ 16 milhões não-declaradas. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, e o ex-diretor da Receita, Julio Gomes, tentaram liberá-las na alfândega do aeroporto de Guarulhos. Ao todo, há três conjuntos de joias supostamente apresentados pela coroa suíça, que extrapolam o valor legal de presentes pessoais a autoridades

6/Mar - Lula decide manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, que usou jatinho da FAB e recebeu diárias para viagem que envolveu compromissos particulares

10/Mar - Falência do Silicon Valley Bank, especializado em empresas de tecnologia da Califórnia, aumenta tensões na crise de crédito desencadeada no Brasil pelo rombo na Americanas

17/Mar - Fernando Haddad leva proposta de arcabouço fiscal a Lula



Agência Brasil/EB

30/Mar - Arcabouço fiscal é anunciado e Jair Bolsonaro volta ao Brasil, três meses depois de deixar o país sem passar a faixa ao sucessor

AP Photo